

O Fim da Omissão

A implantação de pólos de prevenção
à violência doméstica



O Fim da Omissão

A implantação de pólos de prevenção
à violência doméstica



Prêmio Criança 2002



DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-presidente: Rubens Naves
Diretor-tesoureiro: Synésio Batista da Costa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Ismar Lissner
Secretário: Sérgio E. Mindlin
Membros efetivos: Aloisio Wolff, Carlos Antonio Tilkian, Carlos Rocha Ribeiro da Silva, Daniel Trevisan, Emerson Kapaz, Éricka Quesada Passos, Guilherme Peirão Leal, Gustavo Marin, Hans Becker, Isa Maria Guará, José Berenguer, José Eduardo P. Pañella, Lourival Kiçula, Márcio Ponzini, Oded Grajew e Therezinha Fram
Membros suplentes: Edison Ferreira, José Luis Juan Molina e José Roberto Nicolau

CONSELHO FISCAL

Membros efetivos: Audir Queixa Giovani, José Francisco Gresenberg Neto e Mauro Antônio Ré
Membros suplentes: Alfredo Sette, Rubem Paulo Kipper e Vitor Aruk Garcia

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente: Therezinha Fram
Vice-presidente: Isa Maria Guará
Membros efetivos: Aldaiza Sposati, Aloisio Mercadante Oliva, Âmbar de Barros, Antônio Carlos Gomes da Costa, Araceli Martins Elman, Benedito Rodrigues dos Santos, Dalmo de Abreu Dallari, Edda Bomtempo, Helena M. Oliveira Yazbeck, Hélio Pereira Bicudo, Ilo Krugli, João Benedicto de Azevedo Marques, Joelmir Betting, Jorge Broide, Lélío Bentes Corrêa, Lidia Izcson de Carvalho, Magnólia Gripp Bastos, Mara Cardeal, Marcelo Pedrosa Goulart, Maria Cecília C. Aranha Lima, Maria Cecília Ziliotto, Maria Cristina de Barros Carvalho, Maria Cristina S. M. Capobianco, Maria Ignês Bierrenbach, Maria Machado Malta Campos, Marlova Jovchelovitch Noletto, Marta Silva Campos, Melanie Farkas, Munir Cury, Newton A. Paciulli Bryan, Norma Jorge Kyriakos, Oris de Oliveira, Pedro Dallari, Rachel Gevertz, Ronald Kapaz, Rosa Lúcia Moysés, Ruth Rocha, Sandra Juliana Sinicco, Sílvia Gomara Daffre, Tatiana Belinky, Valdemar de Oliveira Neto e Vital Didonet

SECRETARIA EXECUTIVA

Gerente Executiva Operacional: Ely Harasawa
Gerente Executivo de Relacionamento: Luis Vieira Rocha

Área Administrativo-Financeira: Victor Alcântara da Graça
Área de Comunicação: Renata Cook
Área de Informação: Walter Meyer Karl
Área de Mobilização e Políticas Públicas: Itamar Baptista Gonçalves
Área de Mobilização de Recursos: Lygia Fontanella Deadman
Área de Planejamento e Avaliação: Ely Harasawa

PROGRAMA PRÊMIO CRIANÇA

Coordenadora: Leila Midlej
Equipe: Maria do Carmo Krehan e Nelma dos Santos Silva

“O fim da Omissão: a implantação de pólos de prevenção à violência doméstica”
São Paulo, maio de 2004

ISBN: 85-88060-14-0

Esta publicação é resultado do processo de sistematização da experiência desenvolvida pelo Centro de Referência às Vítimas de Violência do Instituto Sedes Sapientiae, vencedor do Prêmio Criança 2002 da Fundação Abrinq na categoria violência doméstica.

Texto: Arlete Salgueiro Scodelario, Cecília Noemi Morelli Ferreira de Camargo, Dalka Chaves de Almeida Ferrari, Maria Amélia de Sousa e Silva, Rosemary Peres Miyahara
Leitura Crítica: Maria Amélia Azevedo
Preparação de texto: Mariana Ferreira
Revisão: Renato Potenza e Adriana Cerello
Fotografias: Luis Dantas – Capa: Pedro Moraes
Edição: Ricardo Prado (Área de Comunicação da Fundação Abrinq)
Projeto gráfico e capa: Sílvia Ribeiro
Editoração eletrônica: Estúdio Sílvia Ribeiro
Assistente de design: Nicole Boehringer
Produção gráfica: Finalle
Impressão e fotolito: Laser Press

Instituto Sedes Sapientiae

DIRETORIA DO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE

Arlete Salgueiro Scodelario, Carlos Lichtsztejn, Ivone Gebara, Laura Fraga de Almeida Sampaio, Maria Aparecida Kfourí Aidar, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, Geórgia Vassimon (suplente)

COORDENAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Administração: Ana Cristina Amaral Marcondes de Moura
Prevenção: Arlete Salgueiro Scodelario
Pesquisa: Cecília Noemi Morelli Ferreira de Camargo
Geral e Parcerias: Dalka Chaves de Almeida Ferrari
Atendimento: Gisela de Oliveira Mattos
Formação: Rosemary Perez Miyahara

EQUIPE QUE ATUOU NA IMPLANTAÇÃO DE PÓLOS DE PREVENÇÃO

Ana Paula Bastos, Adriana Fátima de Bonna, Arlete Salgueiro Scodelario, Beatriz Dias Braga Lorencini, Cecília Noemi Morelli Ferreira de Camargo, Dalka Chaves de Almeida Ferrari, Débora Nunes de Oliveira, Gisela de Oliveira Mattos, Gisela Maria Lima, Ligia Fromer, Maria Amélia de Sousa e Silva, Rosemary Peres Miyahara, Tereza Cristina Cruz Vecina, Vera Lúcia Rolim da Silva

EQUIPE ATUAL

Ana Cristina Amaral Marcondes de Moura, Ana Paula Bastos, Arlete Salgueiro Scodelario, Beatriz Dias Braga Lorencini, Cecília Noemi Morelli Ferreira de Camargo, Dalka Chaves de Almeida Ferrari, Edson Miyahara, Gisela de Oliveira Mattos, Irene Pires Antônio, Lucimara de Souza Santos, Marcia Rosana Cavalheiro Garcia, Maria Amélia de Sousa e Silva, Maria de Fátima Leite Silva, Maria do Carmo Sousa da Cunha Rosa, Rosemary Peres Miyahara, Ronaldo Pereira de Santana, Tereza Cristina Cruz Vecina, Vera Lúcia Rolim da Silva

CNRVV
Rua Ministro de Godoy, 1484
05015-900
São Paulo SP
cnnrv@sedes.org.br

PARCERIA E APOIO



O processo seletivo e o evento de premiação do Prêmio Criança 2002 contaram com a parceria de:

Grupo Santander-Banespa

**Abecitrus
Faber Castell**

Apoio de:

Gol Linhas Aéreas Inteligentes

SESC São Paulo

Instituto Telemig

Quando uma criança ou adolescente é agredida em sua própria casa, local onde supostamente estaria protegida da violência que a todos assusta, cria-se uma situação de profundo desamparo para a vítima. Ver-se obrigada a conviver com seu agressor e enfrentar o pacto de silêncio que costuma envolver as pessoas mais próximas nesse tipo de situação são fatores que podem gerar efeitos catastróficos na formação da personalidade de alguém que ainda não chegou à fase adulta.

Por isso, reveste-se de especial importância o trabalho de formação de pólos de prevenção à violência realizado pela equipe do Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV), do Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo, vencedor do Prêmio Criança 2002 da Fundação Abrinq na Categoria Violência Doméstica.

A equipe do Centro de Referência esteve por trás da montagem e funcionamento de diversos pólos de prevenção na cidade de São Paulo. Neles, pais, educadores, crianças e jovens, por meio de oficinas de dramatização, palestras e jogos de interação, refletiram sobre a violência e suas consequências, além de se integrarem a outros profissionais com papel decisivo nessa questão, como agentes de saúde, diretores de escola e conselheiros tutelares. Puderam refletir sobre questões que muitas vezes são encaradas com naturalidade, como os castigos físicos impostos aos filhos, a sutil violência psicológica ou os efeitos perversos do abuso sexual sobre a formação da personalidade de um adolescente.

Nos pólos de prevenção toma-se conhecimento do trabalho do Conselho Tutelar, a quem cabe encaminhar denúncias desse tipo, e o efeito imediato após algum tempo de funcionamento de um núcleo é o aumento do número de denúncias. Isso revela que o principal objetivo de um trabalho de prevenção está sendo alcançado: a desmontagem do mecanismo que gera mais violência. Sim, porque a violência é um processo construído socialmente que se fortalece com a sensação de impunidade dos agressores. Prevenir o surgimento de novos agressores, cuidar das vítimas em vez de puni-las com a indiferença ou o preconceito e propagar a cultura da mediação de conflitos e da convivência pacífica das diferenças são ações que merecem ser premiadas, divulgadas e disseminadas. A formação de pólos de prevenção à violência doméstica deveria fazer parte da política social para a área da infância e adolescência de cada município brasileiro. Veja, nas páginas a seguir, como isso pode ser (bem) feito.

Boa leitura.



Rubens Naves
Diretor-presidente da Fundação Abrinq
pelos Direitos da Criança e do Adolescente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL E NO MUNDO	11
LEGISLAÇÃO	21
TRAJETÓRIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA (CNRVV)	25
TRABALHO DE PREVENÇÃO REALIZADO PELO CNRVV	31
PREVENÇÃO COMO FORMA DE ENFRENTAR O PROBLEMA	33
OFICINAS	43
FORMAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO	61
RESULTADOS	67
QUESTIONÁRIO	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72



INTRODUÇÃO

Esta publicação, produzida com o apoio da Fundação W. K. Kellogg, trata da sistematização do trabalho de prevenção realizado pela equipe do Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV), do Instituto Sedes Sapientiae, que foi vencedor do Prêmio Criança 2002 da Fundação Abrinq na Categoria Violência Doméstica. Tem como objetivo mostrar as questões que estão implicadas na criação de um pólo que previna e combata a violência doméstica, percorrendo as etapas de elaboração, implantação e manutenção. A implantação de pólos de prevenção é uma das principais ações do CNRVV, voltada para sensibilizar e capacitar a população sobre o tema, assim como para a formação de uma rede de serviços articulados que atuem na proteção da infância e da juventude. De 1996 a 2002 os postos de prevenção implantados pelo CNRVV em seis bairros e seis postos de bombeiros do município de São Paulo atenderam mais de 4.500 pessoas.

Serão apresentados os princípios teóricos norteadores utilizados no processo de implantação, as experiências bem-sucedidas, os desafios enfrentados e as propostas para novas formas de intervenção para enfrentar o fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes. A publicação aborda também a escolha das instituições onde serão realizadas as ações, a necessidade de compreensão da cultura local, a capacitação dos profissionais dessas organizações participantes da implantação do projeto e que poderão dar continuidade ao mesmo. A proposta é criar um movimento de formação de multiplicadores para enfrentar o fenômeno da violência doméstica, evitando sua produção e reprodução com o objetivo de proteger integralmente a criança e o adolescente.

Observação: as fotografias desta edição mostram pessoas que participaram dos pólos de prevenção. São cidadãos e cidadãs conscientes do problema da violência doméstica, não suas vítimas.



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL E NO MUNDO

A violência doméstica contra crianças e adolescentes e o abandono infantil estavam restritos ao campo legal e dos serviços sociais até há bem pouco tempo. Mesmo que centenas de crianças e adolescentes passassem todos os anos pelos serviços sociais, não havia uma consciência pública sobre esse tipo de violência, que pode variar de atos de omissão — como não registrar o nascimento ou não garantir acesso a serviços de saúde e educação — a agressões físicas, psicológicas ou sexuais.

Somente nas décadas de 1960 e 1970 começou a despontar no Brasil uma consciência maior sobre o assunto. A maioria dos países discutia o tema como um problema de saúde pública que trazia graves consequências ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. No entanto, no Brasil, as crianças e os adolescentes continuavam tendo seus direitos usurpados.

Causou impacto à sociedade brasileira a denúncia feita à imprensa, em 1978, na cidade de Campinas (SP), pelo médico Hélio de Oliveira Santos, do caso de uma criança que fora internada em estado grave por ter sido agredida fisicamente.

Os primeiros casos analisados pareciam apontar para fatos isolados cometidos por famílias de baixa renda, por mães desequilibradas e pais alcoólatras. No entanto, a vivência de médicos como o doutor Hélio mostrou que casos assim não eram tão raros, que os agressores não eram doentes mentais e que se distribuíam por todas as camadas sociais.

Direitos da criança

Em 1989, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas assinou a Convenção sobre os Direitos da Criança — um marco na legislação internacional sobre os direitos humanos. O documento defende o direito à vida, à saúde, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente.

No Brasil, essa concepção de criança e de adolescente como cidadãos sujeitos de direitos é homologada como lei em julho de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O ECA dispõe sobre a proteção integral da criança, ou seja, estabelece o que a criança, o adolescente, os pais ou responsáveis, a comunidade, as instituições e o Estado podem ou não, devem ou não fazer. Estabelece as penalidades destinadas a coibir ações ou omissões praticadas contra crianças e adolescentes.

No entanto, os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, que devem traçar as políticas públicas em prol da criança e do adolescente em âmbitos municipal, estadual e federal, e os Conselhos Tutelares, órgãos estabelecidos pelo ECA, ainda não estão em pleno funcionamento, o que acarreta sérias dificuldades para a garantia do exercício dos direitos explicitados no Estatuto.

É nesse sentido que o trabalho de entidades civis e organizações não-governamentais, voltado para articulação da rede que pode garantir a efetivação dos princípios preconizados pelo ECA, é de fundamental importância.

Estatísticas

Como são escassos os dados estatísticos oficiais sobre casos notificados de violência doméstica contra crianças e adolescentes no Brasil, o Laboratório de Estudos da Criança (Lacri), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, vem realizando, sistematicamente, uma investigação sobre a ocorrência desse tipo de violência no país. Essas investigações têm mostrado que três entre dez crianças de zero a 12 anos sofrem diariamente algum tipo de violência dentro da própria casa. O número de casos não notificados, no entanto, será maior ou menor conforme seja mais ou menos amplo o pacto do silêncio de que muitas vezes participam profissionais, vizinhos, familiares e até a própria vítima. Nos pólos implantados pelo CNRVV, por exemplo, a conscientização da população sobre o problema da violência doméstica levou à quebra do pacto do silêncio e, conseqüentemente, ao aumento do número de denúncias.



Este desenho e os demais presentes nesta publicação foram feitos por crianças participantes das oficinas dos pólos de prevenção implantados no município de São Paulo.

CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL POR MODALIDADES

Modalidade/ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Total de casos notificados
Violência física	525	1.240	2.804	2.620	4.330	6.675	5.721	6.497	30.412
Violência sexual	95	315	578	649	978	1.723	1.728	2.599	8.665
Violência psicológica	0	53	2.105	893	1.493	3.893	2.685	2.952	14.074
Negligência	572	456	7.148	2.512	4.205	7.713	5.798	8.687	37.091
Violência fatal	0	0	0	0	135	257	42	22	456
TOTAL	1.192	2.064	12.635	6.674	11.141	20.261	15.974	20.757	90.698

Fonte: Lacri (USP): www.usp.br/ip/laboratorios/lacri

EVOLUÇÃO DOS CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL DOMÉSTICA NO BRASIL

Ano	SEXO			Total
	Masculino	Feminino	Sem informação	
1996	8	68	19	95
1997	7	80	228	315
1998	18	174	386	578
1999	113	536	0	649
2000	192	786	0	978
2001	350	1.373	0	1.723
2002	326	1.402	0	1.728
2003	522	2.077	0	2.599
TOTAL	1.536	6.496	633	8.665

Fonte: Lacri (USP): www.usp.br/ip/laboratorios/lacri

A principal consequência do trabalho realizado pelo CNRVV foi modificar a visão dos profissionais sobre as questões de violência vividas pelas crianças e adolescentes que freqüentam a instituição. Isso ampliou as possibilidades deles de lidar com essas questões. Anteriormente, segundo seus pontos de vista, havia intensa dificuldade de lidar com o fenômeno da violência, pela própria resistência de cada um. Atualmente, há um espírito de compartilhar, inclusive as questões mais veladas, o que permite que se sintam mais próximos.

Cristovão Gonçalves Pereira,
representante do pólo das obras sociais Nossa Senhora Achirópita

Violência: causas e consequências

Conceituar violência e, acima de tudo, violência doméstica é uma tarefa bastante complexa, considerando que os termos podem ser vistos por diversos ângulos, como o da antropologia, da filosofia ou da psicologia. Nesse contexto, será chamada de violência doméstica aquela que ocorre em um grupo familiar com diferentes composições, podendo incluir pai, mãe, filhos, avós, parentes e outras redes de afeto, ligados por laço de consangüinidade ou não, de atividade e de convívio formalizado.

Não estão incluídas aqui especulações teóricas referentes a questões filosóficas e antropológicas daquilo que pode ser considerado violência, por exemplo, a pressão que a própria cultura exerce sobre o indivíduo de uma sociedade.

Nos critérios que a equipe do Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV) tem utilizado para conceituar o que é violência doméstica, destaca-se a presença de uma assimetria que pode estar relacionada tanto à diferença de idade entre o agente agressor e a vítima como à diferença de poder, ambas levando à possibilidade de dominação, de exploração ou de opressão. Outra característica das relações em que ocorrem violência é o desrespeito às diferenças, que são transformadas em desigualdades. Como consequência disso o indivíduo não se reconhece enquanto sujeito de suas ações, restando apenas a possibilidade de ficar como objeto do desejo de um outro. Todas as diferenças — característica racial, filiação religiosa, identidade sexual, faixa etária, entre outras — são percebidas ou utilizadas nos processos de subjugação. Além disso, sabe-se que o fenômeno é determinado por causas sociais, econômicas, culturais, psicológicas e situacionais.

CONCEITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e adolescentes que — sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima — implica de um lado uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, ou seja, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento¹.

Não é difícil prever que qualquer tipo de violência trará consequências nefastas ao desenvolvimento da criança ou do adolescente, até pela própria introdução de modelos violentos e inadequados. No entanto, é curioso notar que as violências físicas e as psicológicas são utilizadas como métodos disciplinadores. Os agressores esquecem-se que, ao usar a força física, confessam não só a debilidade de seu discurso argumentativo como o desconhecimento de que essas atitudes fornecem modelos a serem repetidos. Esquecem de se colocar no lugar dos que apanham ou são humilhados e utilizam como suposta justificativa argumentos como: “Agradeço ao meu pai que me bateu; hoje, sou o que sou graças a ele”; ou: “É melhor que apanhe de mim do que da polícia”.

¹ Azevedo, M. A. *Violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo, Robe Editorial, 1995.

TIPOS DE VIOLÊNCIA

Os tipos de violência doméstica são: física, por negligência, sexual e psicológica.

- ▶ **Física:** caracteriza-se pelo emprego de força física nas relações interpessoais. É utilizada como método educativo (colocação de limites), para resolução de conflitos ou para subjugação. Essas ações podem ir desde um tapa até um espancamento que leve à morte.
- ▶ **Negligência:** é conceituada como uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de prover as necessidades físicas de saúde, educacionais e higiênicas de seus filhos e/ou de supervisionar suas atividades de modo a prevenir riscos, e quando tal falha não é resultado das condições de vida além de seu controle².
- ▶ **Sexual:** é aquela em que o contato entre a criança ou o adolescente e outra pessoa se dá de uma forma que utiliza a criança ou o adolescente como objeto de gratificação das necessidades sexuais desta outra pessoa. A cooperação do mais fraco é obtida mediante coação física ou psicológica, por meio de sedução, por exploração de necessidades ou mesmo por ameaças. A violência sexual verbal, a exposição a telefonemas, filmes ou vídeos obscenos, as situações de exibicionismo ou voyeurismo são formas de violência sexual sem contato físico. Além destas, há ainda situações de exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes, nas quais o contato físico não é direto, sendo executado por terceiros. As situações de violência sexual com contato físico podem ir desde a aparentemente simples passada de mão até o estupro³ ou o atentado violento ao pudor⁴, incluindo a manipulação de áreas do corpo de evidente significado sexual (peito, genitais, ânus) ou a intrusão de dedo na vagina ou no ânus. No âmbito da violência sexual, encontra-se ainda o uso de crianças e adolescentes para rituais religiosos, como no caso de ocorrências de emasculação de meninos. O incesto é uma modalidade de violência sexual que pode incluir diversas atividades sexualizadas e que se realiza quando qualquer dessas atividades ocorre entre uma criança ou adolescente e seus parentes próximos, tanto de sangue como de afinidade.
- ▶ **Psicológica:** está presente em todas as outras formas de violência já descritas, mas pode também aparecer separada delas nas relações interpessoais em que há utilização de termos que inferiorizam, humilham ou desvalorizam a criança ou o adolescente (por exemplo, chamar de burro, de orelhudo, dizer frases prontas do tipo “Você não vale nem o que come”), incluindo desmerecimento por características físicas ou psíquicas. Ela traz danos ao desenvolvimento da criança ou do adolescente tanto quanto as outras formas, embora seus efeitos possam, por vezes, ser menos facilmente visíveis.

² Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. A. *Infância e violência fatal em família*. São Paulo, Iglu, 1998.

³ “Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”. Delmanto, C. *Código Penal comentado*. Rio de Janeiro, Edição Renovar, 2000, pp. 458-63.

⁴ “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal”. Idem, p. 13.

Consequências

Podem aparecer em curto, em médio e em longo prazo. Em geral, em curto e em médio prazo ocorrem problemas no âmbito físico e emocional, como ter dificuldades no estabelecimento de relações de apego, evitar ou resistir a elas. Surgem, ainda, diminuição da auto-estima e depressão, quando a vítima passa a se sentir merecedora do que acontece com ela, distúrbios de conduta em razão de imitar os comportamentos inadequados a que é submetida, inabilidade para lidar com situações de frustração e estresse nas quais reage repetindo os comportamentos de seus modelos de identificação, revelando problemas na compreensão e aceitação das emoções do outro. Na área cognitiva, ocorrem consequências no desenvolvimento e na capacidade de adquirir novos conhecimentos, na evolução da linguagem e do pensamento, o que interfere no desempenho escolar, além da baixa percepção das próprias potencialidades e do próprio reconhecimento enquanto ser em desenvolvimento.

Em longo prazo, podem perdurar seqüelas físicas e emocionais, sendo comum a transformação dessas crianças e adolescentes em pais violentos, o aparecimento de conduta delinqüente e comportamentos suicidas ou homicidas e outras condutas violentas que acarretam novos problemas emocionais, além de rebaixamento das capacidades de análise e síntese, com decorrente insucesso escolar. Outros efeitos podem ser notados: pânico, fobias, personalidade anti-social, depressão, tentativa ou efetivação de suicídio ou homicídio, intensificação dos sentimentos de estigmatização e conseqüente isolamento social, intensificação da freqüência de sentimentos de ansiedade, tensão, dificuldades do sono e alimentares, dificuldades de relacionamento, repetição dos abusos vividos, com inversão de papéis, drogadição e alcoolismo.

Com relação às consequências da violência sexual, pode-se dizer que também são detectados efeitos em curto, médio e longo prazo, sendo afetadas as áreas física, psicológica (emocional), sexual e social. Em curto prazo aparecem:

- ▶ Na área física: distúrbios do sono, da alimentação, gravidez e DST/Aids.
- ▶ Na área psicológica: medo, dificuldades relacionadas à sexualidade como: masturbação excessiva ou compulsiva, exibicionismo ou voyeurismo, hostilidade diante do sexo oposto, culpa ou sentimentos de estigmatização, revolta, angústia ou ansiedade intensa, dificuldade de concentração, agressividade e condutas anti-sociais.
- ▶ Na área social: ocorrem fugas do lar ou freqüentes discussões familiares, dificuldades escolares e comportamentos delinqüentes.

CONDIÇÕES QUE INTERFEREM NA GRAVIDADE DOS DANOS

Algumas condições interferem na gravidade dos danos causados pela violência doméstica: a idade do agressor e a idade da vítima; a relação existente entre eles; as características de personalidade da vítima; a duração e a freqüência das situações de violência; o tipo e a gravidade do ato praticado; e a reação do meio ambiente à situação de violência.

No campo da violência doméstica, a mais grave consequência de qualquer ato violento é conhecida como violência fatal, ou seja, qualquer tipo de violência que cause a morte da vítima⁵.

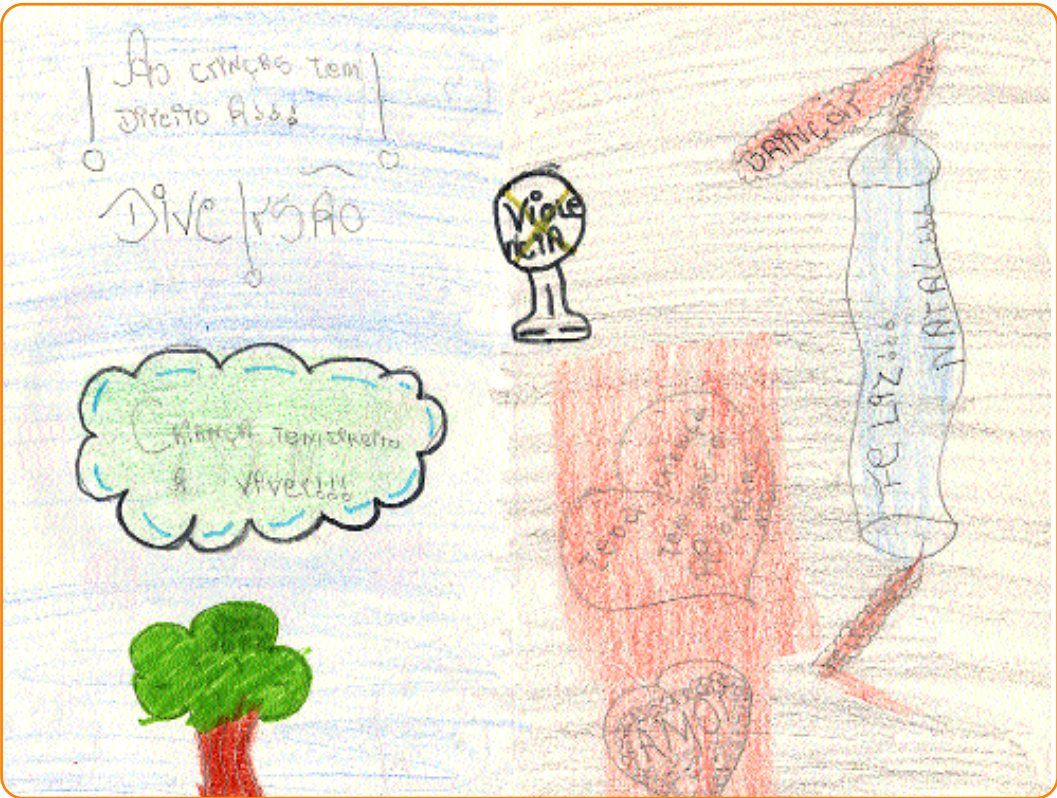
No entanto, apesar do crescente movimento de conscientização sobre a necessidade de proteger a criança e o adolescente, ainda são bastante arraigadas na cultura contemporânea idéias que favorecem modos de tratamento que ou não os protegem, ou que os expõem a situações de perigo para sua integridade física e psíquica.

Essa é uma das razões pelas quais é necessário propiciar conhecimento sobre o tema, de modo que todos (profissionais e indivíduos em geral) possam estar atentos e ajudem a identificar e a conter as práticas de violência doméstica.

Sinais indicadores de violência

É necessário que se preste a máxima atenção à existência de sinais indicadores de violência em crianças e adolescentes. Por outro lado, e com a mesma ênfase, é necessário cuidado na avaliação desses sinais. É sempre importante verificar a gravidade, a frequência e a adequação da explicação dada para a existência do sinal em questão, evitando diagnósticos precipitados que acabariam também prejudicando a criança ou o adolescente e seus pais ou responsáveis.

É preciso lembrar que a simples presença de um desses sinais não implica a certeza de que uma situação de violência doméstica esteja sendo vivida por uma criança ou adolescente. Assim, torna-se importante a análise cuidadosa da situação sempre visando à segurança e à adequação das medidas tomadas a partir da detecção da presença de sinais indicadores.



⁵ Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. A. Op. cit.

Na criança e no adolescente

Os sinais indicadores de violência sofrida pela criança ou adolescente mais comuns no caso de violência física são: contusão, fratura ou queimadura inexplicada, desconfiança contínua de qualquer contato e presença permanente de estado de alerta e defesa, comportamento agressivo ou excessivamente tímido, dificuldade no relacionamento e fuga de casa.

No caso de violência sexual os sinais são: mudança extrema, repentina e inexplicada no apetite, no humor e no desempenho escolar, regressão a comportamentos infantis como chorar excessivamente ou chupar o dedo, roupas rasgadas ou sujas de sangue, hemorragia vaginal ou retal, dor ao urinar, genitais inchados ou com secreção, comportamento agressivo, pesadelo, grito ou agitação noturna, interesse súbito e não usual por questões sexuais ou brincadeiras sexualizadas persistentes, masturbação compulsiva e fuga de casa.

Nos pais ou responsáveis

É importante que se preste atenção aos sinais indicadores tanto de violência física como sexual que podem ser detectados na conduta de pais ou responsáveis. Nesse aspecto, também é importante uma análise cuidadosa. Os sinais indicadores mais comuns são:

- ▶ **No que se refere à violência física e psicológica:** demonstração de pouca preocupação e interesse pelos filhos, atribuição de culpa aos filhos pelos problemas na casa e na escola, exigência de perfeição e desempenho superior às possibilidades da criança ou do adolescente, explicações contraditórias em relação aos ferimentos dos filhos e história de vivência de violência doméstica na infância.
- ▶ **No que se refere à violência sexual:** postura insinuante, extremamente protetora ou zelosa no trato de crianças e adolescentes; existência de problemas conjugais, abuso de álcool ou drogas e história de abuso familiar vivida na infância.

Fatores favorecedores de situações de violência

Os fatores favorecedores de violência doméstica podem aparecer de diferentes formas e em diferentes situações, ou seja, na colocação de limites, na sexualidade ou nas relações interpessoais.

Como fatores mais frequentes aparecem as experiências de vida dos adultos, em que se consideram importantes a história pessoal de violência, a desarmonia ou ruptura familiar, a ignorância sobre os processos evolutivos de crianças e adolescentes, além de características de personalidade como pouca resistência à frustração ou ao estresse e falta de mecanismos adequados de controle emocional.

Devem ser incluídas, além das características de personalidade, as características pessoais particulares dos filhos ou dos pais, como, por exemplo, deficiências mentais e físicas. Além dessas, é preciso falar dos fatores culturais, nos quais estão presentes idéias sobre a diferença entre gerações ou sobre os papéis do homem e da mulher, e dos fatores políticos como o desenvolvimento precário da cidadania, com a presença de valores éticos e estéticos que não preservam padrões de convivência não violentos. Assim, percebe-se como a violência é um fenômeno multideterminado em que sempre estão presentes as relações de poder e dominação constituídas pelo desrespeito às diferenças e nas quais a vontade de uns submete o direito à vontade de outros.



PACTO DO SILÊNCIO

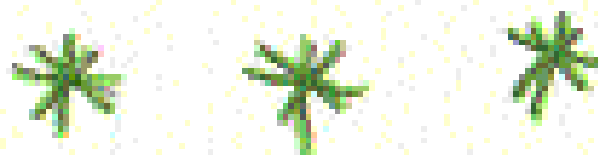
O fenômeno que permeia as situações de violência doméstica é o chamado pacto do silêncio, no qual os membros de uma família (ou pessoas de seu relacionamento), mais especialmente aquele que teria o dever e a possibilidade de proteger a criança ou o adolescente, paralisam-se e agem como se estivessem aliados ao agente agressor, desconsiderando os sinais dados pela vítima, mesmo quando há queixa explícita ou quando as marcas da agressão são notórias.

São muitas as “justificativas” para a ocorrência desse fenômeno. Internamente à família, encontram-se o temor pela própria vida, a atualização de vivências passadas, o medo de desamparo financeiro ou emocional que levam ao conformismo. Externamente à família, aparecem pseudo-razões, como o respeito à privacidade familiar e até a falta de informação correta sobre sigilo profissional. O pacto do silêncio contribui para a continuidade da ocorrência do fenômeno e para sua perpetuação, deixando a criança e o adolescente em grave situação de risco, bem como toda a família.

ECA estatuto da criança e do adolescente

A, B, C,

Toda criança
tem que
ler e escrever



LEGISLAÇÃO

A consciência da necessidade de proteção integral da criança teve início na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e na Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, esta última composta de dez princípios que condensam os principais cuidados e garantem a indispensável proteção que as crianças necessitam e merecem. Mas foi só em 1989, em Genebra, com a Convenção sobre os Direitos das Crianças, carta magna para as crianças de todo o mundo adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que passaram a existir leis internacionais voltadas para a criança e o adolescente.

A Convenção sobre os Direitos da Criança é um dos instrumentos de direitos humanos mais aceitos na história universal. Ela foi ratificada por 191 países. Somente os Estados Unidos e a Somália não a assinaram. Ela diz:

“Os Estados partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer pessoa responsável por ela”⁶.

Esse movimento internacional somou-se, no Brasil, ao movimento nacional pelos direitos da criança e do adolescente, sendo enfatizado na aprovação do artigo 227 da Constituição Federal de 1988:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Esse artigo constitucional foi regulamentado dois anos depois pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que reconhece crianças e adolescentes como cidadãos em desenvolvimento e sujeitos de direito, substituindo a doutrina de situação irregular pela doutrina de proteção integral.

⁶ Convenção sobre os Direitos da Criança, Art. 19.1, ONU, 1989. In Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. A. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo, Cortez, 1993, p. 321

O ECA determina como competência municipal a formulação e implementação da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, assim como a coordenação e execução direta das políticas e programas em parceria com organizações governamentais e da sociedade civil, e reforça em seu artigo 5º:

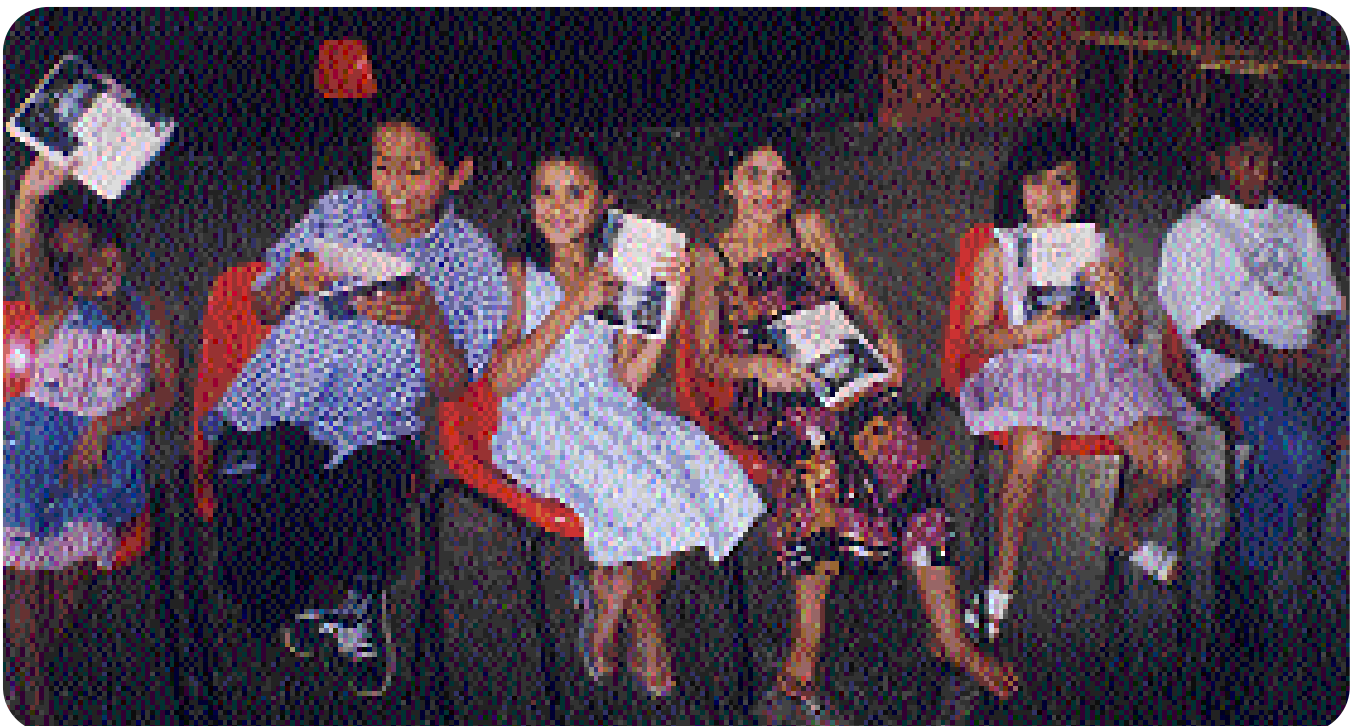
“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais”.

No artigo 13, indica a responsabilidade dos profissionais que lidam com crianças e adolescentes:

“Os casos de suspeita ou confirmação de violência doméstica contra crianças e adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade sem prejuízo de outras providências legais”.

Institui, portanto, o Conselho Tutelar como órgão da sociedade civil, permanente e autônomo, responsável pela fiscalização do cumprimento do ECA no cotidiano da cidade e o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA) como fórum de discussão sobre a formulação de políticas de atendimento à infância e à juventude.

Em 1996, o Brasil reforça a intenção de se dedicar à causa da violência contra crianças e adolescentes ao ratificar a declaração e a agenda de ações para o Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual contra Crianças/Adolescentes e o Combate ao Trabalho Infantil. O fato desencadeou a criação de programas de atendimento e de prevenção nessas áreas e a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, em 2000.



Ao assinar a convenção internacional, o Brasil comprometeu-se a atuar na prevenção, no atendimento e na responsabilização do agressor. Para isso, conta com um dos documentos mais avançados e completos — o ECA, que propõe o envolvimento de toda a sociedade no sentido de desenvolver estratégias, meios e métodos que enfrentem a violência contra crianças e adolescentes, ao mesmo tempo que preconiza a intervenção e a elaboração de programas e campanhas dirigido a toda a população para prevenir a ocorrência de novos casos.

O ECA trata da ampliação do campo da cidadania, da defesa dos interesses públicos e da institucionalização dos conselhos, do discurso de defesa dos direitos para uma prática efetiva de proteção e promoção da cidadania, contribuindo para uma nova formatação das políticas sociais e de assistência social e revelando a concepção da organização da sociedade civil (OSC) como um centro de irradiação na comunidade. Reconhece a visão da organização da sociedade civil (ou organização não-governamental, ONG) como entidade social que depende da família, de colaboradores, da comunidade e do Estado.



TRAJETÓRIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

O Instituto Sedes Sapientiae (ISS) foi criado em 1975, na cidade de São Paulo, por Madre Cristina Sodré Doria (1916-1997), com a missão de analisar e responder às exigências do contexto social para a construção de uma sociedade baseada nos princípios da solidariedade e da justiça social, comprometendo-se com a defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão. Tem atuado nas áreas de saúde mental, educação e filosofia. Em 1994, têm início as atividades do NRVV (Núcleo de Referência às Vítimas de Violência), na Clínica de Psicologia do Instituto Sedes Sapientiae, cujo principal objetivo é lutar contra a violência doméstica a que são submetidas crianças e adolescentes. Em 2000, o núcleo ascende à categoria de centro e passa a se chamar Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV).

Considerado um dos centros de excelência no enfrentamento da violência doméstica no país, o CNRVV tem sido convidado a participar de encontros e da formação de equipes para colaborar na formulação e implementação de políticas públicas e na efetivação de programas que enfrentem as situações de violação de direitos de crianças e adolescentes.

O centro participou como entidade civil da elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, em 2000, na cidade de Natal (RN), a convite do Ministério da Justiça. Mas antes disso, no fim da década de 1980, o então diretor da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae, Haim Grunspun, havia integrado a comissão de profissionais que redigiu o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O CNRVV iniciou sua trajetória com uma equipe de profissionais das áreas de psicologia, psiquiatria e assistência social que havia participado do Telecurso de Especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes do Laboratório de Estudos da Criança do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Lacri/Ipusp).

Estruturado em sete áreas de atuação — tratamento, prevenção, parcerias, pesquisa, formação, serviço social e administração —, o CNRVV objetiva contribuir para o desenvolvimento integral de crianças e de adolescentes, e para a redução das situações de violência doméstica. Essas áreas trabalham de forma integrada, visando à conscientização e à mobilização social sobre o ciclo da violência doméstica, ao acolhimento e ao atendimento psicossocial às vítimas⁷, incluindo o suporte a familiares, responsáveis e aos agentes agressores⁸.

No início, suas atividades eram voltadas para o atendimento de pessoas que estavam vivendo situações de violência doméstica. Mas, tendo em vista que esse

⁷ "Entende-se como vítima aquele que é submetido ao ato violento." Delmato, C. Op. cit.

⁸ "Entende-se como agressor aquele que, em dada situação, executa o ato violento." Delmato, C. Op. cit.

Acreditando no potencial transformador do projeto, o CNRVV procurou, ainda em 1995, a Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social do Estado de São Paulo (SCFBES), antiga Secretaria do Menor, para firmar convênio. A intenção era envolver o governo como parceiro e gestor na execução de novas políticas em defesa da criança e do adolescente.



Dessa parceria resultou a consolidação do pólo do Jaguaré e a formação de novos pólos de prevenção entre 1996 e 2002 nos bairros da Bela Vista, Sapé, Paraisópolis, Rio Pequeno e Jaraguá, e a criação do Projeto SOS Bombeiros no Resgate da Cidadania, que mantinha em unidades de diversos bairros paulistanos, por meio da parceria com o Instituto Mensageiros, turmas de crianças e adolescentes para atividades socioeducativas nos períodos vespertino e matutino. Foram desenvolvidas ações de prevenção nos postos de bombeiros da Sé, Santo Amaro, Guarapiranga, Itaquera, Almanara e Jabaquara. A quantidade de pessoas atendidas em cada unidade do Corpo de Bombeiros entre 2001 e 2002 foi a seguinte: Almanara: 120; Guarapiranga: 98; Sé: 208; Itaquera: 165; Santo Amaro: 121; Jabaquara: 97.

A rede, como um espaço de formação de parcerias, cooperações e articulações dos sujeitos institucionais, no âmbito público e privado, é fruto de parcerias com organizações governamentais e da sociedade civil, como escolas, postos de bombeiros, postos de saúde e secretarias de governo. A partir da experiência com os pólos de prevenção, sedimenta-se a constatação de que a organização do sistema de atendimento, prevenção e responsabilização do agressor preconizada pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes é mais eficaz quando as redes de notificação e de proteção estão articuladas.

O mesmo trabalho de prevenção, com algumas alterações, veio a ser desenvolvido também nas coordenadorias de saúde dos bairros da Lapa, Pirituba e Perus, numa parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

Em 2002, pesquisadores do CNRVV publicaram o livro *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. A obra traz a experiência de trabalho do centro no enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes, incluindo a atenção às suas famílias e atendimento aos agressores.



LINHA DO TEMPO*

- 1988** Início do atendimento psicológico a crianças, adolescentes e familiares pelo Instituto Sedes Sapientiae.
- 1994** Formação do Núcleo de Referência às Vítimas de Violência (NRVV); Primeiro curso sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes dado pelos profissionais do NRVV.
- 1995** O NRVV estabelece convênio com a Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social do Estado de São Paulo (SCFBES) para promover políticas de atendimento e prevenção às situações de violência doméstica.
- 1996** Inicia o curso de aperfeiçoamento em psicoterapia e prevenção da violência doméstica voltado para profissionais de várias áreas; Participa do 11th International Congress on Child Abuse and Neglect, organizado pela International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect (ISPCAN), em Dublin, Irlanda; Realiza o 1º Fórum de Debates do NRVV em parceria com instituições de justiça, saúde, educação e assistência social.
- 1996-8** Realiza pesquisa sobre metodologia do atendimento em casos de violência doméstica em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

* Foram considerados os principais marcos do CNRVV apenas na área de prevenção.

- 1998** É convidado pela SCFBES para discutir estratégias e possibilidades de elaboração de um projeto piloto para políticas públicas de combate à violência doméstica.
- 2000** O NRVV muda de nome e passa a se chamar Centro de Referência às Vítimas de Violência do Instituto Sedes Sapientiae;
Participa da elaboração do Plano Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, em Natal, Rio Grande do Norte;
Participa do 13th International Congress on Child Abuse & Neglect, organizado pela ISPCAN, em Durban, África do Sul.
- 2001** Estabelece convênio com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS) para a implantação do programa unificado Bem Me Quer, que tem como objetivo acolher e tratar as vítimas de abuso sexual e prevenir a violência doméstica contra crianças e adolescentes;
Implantação do Programa Sentinela – programa federal de combate ao abuso e à exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes. Investe recursos em projetos de organizações governamentais, ou não, que privilegiem, entre outros aspectos, o apoio psicossocial a crianças e adolescentes que sofrem algum tipo de violência sexual;
Participa do 1º Encuentro Latinoamericano de Tratamiento e Prevención de la Violencia Doméstica, organizado pela Asociación Argentina de Protección e Amparo a los Malos Tratos en la Infancia (ASPAMI), em Buenos Aires, Argentina;
Inicia a realização de oficinas para pais, educadores e crianças em seis postos de bombeiros da cidade de São Paulo.
- 2002** Início da parceria com o UNICEF para realização da pesquisa “Sistema de notificação e detecção de violência em escolas públicas – Proposta para integração entre projetos políticos, pedagógicos e o sistema de garantia de direitos”;
Inicia oficinas de capacitação e sensibilização sobre violência doméstica com profissionais da área de saúde do município de São Paulo;
Publica o livro *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática* pela Summus Editorial;
Ganha o Prêmio Criança 2002 da Fundação Abrinq na categoria Violência Doméstica.



TRABALHO DE PREVENÇÃO REALIZADO PELO CNRVV

Desde 1994, o Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV) tem atuado no combate à violência doméstica, principalmente com ações preventivas voltadas a uma maior conscientização da população e dos profissionais envolvidos em situações dessa natureza. A prevenção é reconhecida como o meio mais eficaz de combate à violência doméstica pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que recomenda uma ação em três níveis: primário, secundário e terciário.

NÍVEIS DE PREVENÇÃO RECONHECIDOS PELA OMS

- ▶ **Primário:** são dirigidas estratégias ao conjunto da população num esforço para reduzir a incidência da violência ou o índice de ocorrência de novos casos.
- ▶ **Secundário:** envolve a identificação precoce da chamada população de risco, o que vai permitir o início de ações específicas nessa população.
- ▶ **Terciário:** aqui, as ações são voltadas para diminuir as consequências relacionadas ao fenômeno depois que ele ocorreu.

O trabalho de prevenção primária realizado pelo CNRVV é feito por meio da implantação de pólos de prevenção nas comunidades a partir do envolvimento de crianças, adolescentes, pais e profissionais de educação, saúde e assistência social, entre outros. É função dos pólos, além de sensibilizar e instrumentalizar essa população para enfrentar o fenômeno, estabelecer articulação entre os vários serviços da comunidade, como creches, escolas, postos de saúde, conselhos tutelares e outros, formando uma rede de atendimento e proteção da infância e da juventude que visa impedir a produção e reprodução da violência.

Nos pólos de prevenção instalados pelo CNRVV em vários bairros de São Paulo, a população participa dos processos de construção das ações em prol da criança e do adolescente refletindo, opinando e ressaltando os aspectos importantes e prioritários.

A experiência da equipe do CNRVV mostra que programas preventivos desencadeiam processos de conscientização que podem desestimular o uso da violência física ou psicológica nos processos educativos, melhorar as competências familiares, difundir conhecimento sobre o desenvolvimento infanto-juvenil, inclusive o sexual, o que possibilita que crianças e adolescentes possam se proteger, identificando procedimentos abusivos.



PREVENÇÃO COMO FORMA DE ENFRENTAR O PROBLEMA

A noção de prevenção, no senso comum, significa antecipar a decisão sobre uma situação de risco, mas há muitos desdobramentos para o termo.

Na área da saúde, prevenção é uma categoria fundamental, tanto no que diz respeito aos fatores desencadeantes dos agravos como enquanto componente dos atos terapêuticos.

No campo da saúde, o tema da prevenção foi trabalhado em detalhes na década de 1950 por Leavell e Clarck⁹. Diferentes modelos foram sendo propostos no fim dos anos 80 e no início dos anos 90.

A promoção da saúde, segundo a Carta de Ottawa, de 1986, "é o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da qualidade de vida e saúde, incluindo maior controle desse processo"¹⁰. Os temas tratados se referem a valores como solidariedade, equidade, inclusão em projetos de ambientes saudáveis e de qualidade de vida, participação em parcerias e no conjunto de estratégias para sua realização, propondo ações do Estado, da comunidade, dos indivíduos e promovendo uma múltipla responsabilização pelos problemas que afetam a qualidade de vida e de saúde.

O modelo proposto por Lalonde¹¹, que tem como determinantes da situação de saúde o estilo de vida, a biologia humana, o ambiente e os serviços de saúde, possibilita a integração do tema no âmbito das políticas públicas e das propostas de mudanças sociais e ambientais, e sua inclusão em projetos de ambientes saudáveis.

Assim, prevenir significa antecipar-se, evitar ou impedir que aconteça, interromper. Em cada uma dessas ações está implícita a noção de tempo na medida em que se pensa a antecipação ou interrupção de um dado acontecimento.

Estratégias para os três níveis de prevenção:

- **Primária:** todas as estratégias são dirigidas ao conjunto da população como esforço para reduzir a incidência ou o índice de ocorrência de novos casos. As estratégias adotadas incluem, de modo geral, programas informativos junto aos pais ou responsáveis sobre o processo de desenvolvimento da criança e do adolescente desde a fase pré-natal, abordando as temáticas evolutivas e reforçando vínculos entre pais e filhos, sensibilização da população em geral e principalmente dos

⁹ Minayo, M. C. de S. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 4, nº 1, p. 12, Abrasco, ISSN 1413-8123, Rio de Janeiro, 1999.

¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹ Idem, *ibidem*.

profissionais da saúde, da área jurídica e da educação, por intermédio de campanhas pelos meios de comunicação, fóruns de debates, palestras, seminários, congressos, programas para pais e educadores em escolas, creches, espaços de juventude¹².

- ▶ **Secundária:** envolve a identificação precoce de populações em risco. As estratégias incluem capacitação de profissionais que lidam diretamente com essa população, visitas domiciliares para prover cuidados médicos e sociais aos pais do grupo de risco, linha telefônica SOS Criança, para buscar e receber ajuda, orientação e encaminhamento a serviços especializados, recepção de ajuda material e programas de creche para crianças do grupo de risco.
- ▶ **Terciária:** volta-se tanto para os agressores como para as vítimas e suas famílias, objetivando reduzir as consequências nocivas do fenômeno. Alguns exemplos de estratégia: implementação de programas de acompanhamento psicológico, social e jurídico para crianças e adolescentes vitimizados e seus familiares, incluindo o agressor; inserção de conteúdo curricular e especializado em violência sexual e drogas nas escolas; prevenção do abandono escolar por crianças e adolescentes vitimizados; implementação de programas de orientação e apoio sociofamiliar; implantação de abrigos e/ou serviços de proteção a crianças, adolescentes e famílias em situação de grave ameaça; implantação de serviços de saúde sexual gratuitos.

Sabe-se que as ações de prevenção não implicam práticas únicas e predeterminadas e que é necessária essa reflexão quando se pretende elaborar programas preventivos. A questão que se coloca então é: o que se quer prevenir? Nesse sentido, é importante considerar valores políticos, sociais, econômicos e psicológicos. Acompanhando historicamente o que ocorreu com as ações preventivas, nota-se que elas foram muitas vezes destinadas a afastar do convívio social qualquer um que oferecesse, segundo a ordem vigente, risco à sociedade. Foram afastados os mendigos, os considerados loucos e os criminosos, retirando deles os direitos de cidadão.

Quando se trata de refletir sobre a prevenção do fenômeno da violência doméstica, a complexidade aumenta à medida que ela é determinada por fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e psicológicos. É necessário contemplar a inter-relação desses fatores já na delimitação daquilo que se quer evitar e do que se quer promover.

No que se refere à questão de quando realizar as ações preventivas, é importante citar as conclusões de Stevenson¹³ de que não há medida que substitua o exame de toda a população, dado que nenhum instrumento de avaliação pode ser bastante preciso para identificar grupos de risco. O controle deve repetir-se porque nenhum instrumento preditivo é bastante potente para adiantar qual criança será individualmente maltratada.

Além disso, a avaliação de crianças e adolescentes deve ser contínua, de forma a identificar danos físicos ou mentais em etapa inicial. Esse procedimento permite evitar a continuidade das situações de violência, uma vez que alguém pode estar bem em um dia e em grave perigo no dia seguinte, devido a alguma mudança em sua vida familiar, tal como a presença de um novo companheiro da mãe.

¹² Azevedo, M. A. & Guerra, V.N.A. *Com licença, vamos à luta, guia de bolso Telelacri. Violência doméstica contra crianças e adolescentes*. São Paulo, Iglu, 1998, p.81.

¹³ Stevenson, O. *La atención al niño maltratado – Política pública y práctica profesional*. Ediciones Paidós Ibérica S.A., 1992, cap. 2, p. 61.

Os pólos de prevenção

Implantar pólos de prevenção contra a violência doméstica tem sido a estratégia utilizada há quase dez anos pelo Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV) do Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo, para romper o ciclo da violência contra crianças e adolescentes e promover mudanças éticas, morais e culturais nas comunidades em que atua. As ações dos pólos são dirigidas às crianças, adolescentes e a todos aqueles que se relacionem com elas: quer sejam ou não os autores da violência. Os pólos também visam sensibilizar e mobilizar a sociedade sobre o tema, assim como dar subsídios para a implantação de políticas públicas que possam contribuir para a valorização da infância e da adolescência.

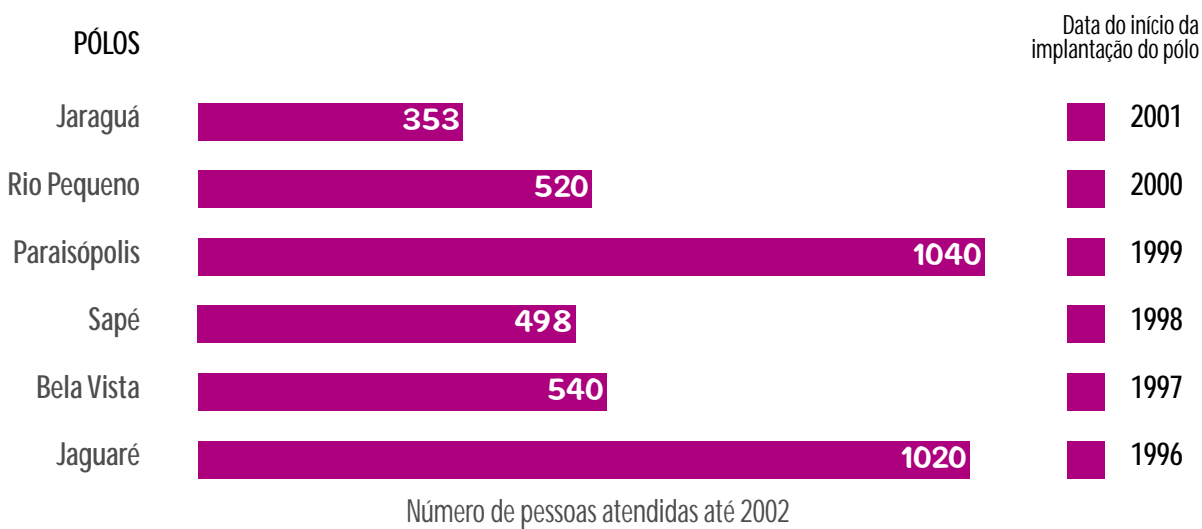
Público-alvo

Os programas devem incluir ações que envolvam crianças, adolescentes, pais e/ou responsáveis e profissionais de serviços das áreas de educação, esporte e lazer, cultura, saúde, jurídica e social. As ações devem ser desenvolvidas com todos os que fazem parte do universo existencial da criança e do adolescente. De acordo com os profissionais do CNRVV, os programas dirigidos a públicos variados têm mais probabilidade de dar certo. Deve-se respeitar, no entanto, o desenvolvimento do grupo para vencer as resistências durante o processo de trabalho. É importante que os participantes disponham de tempo para refletir e buscar saídas viáveis para as situações que surgirem.

Premissa básica do trabalho de prevenção

Para que a ação preventiva dê resultados, é necessário acreditar na possibilidade humana de mudança. Como diz Maldonado: “ninguém nasce violento; embora a agressividade faça parte da natureza humana, a violência pode ser desaprendida”¹⁴ — e para isso podem contribuir de forma incisiva os programas de prevenção bem elaborados.

Implantação dos pólos de prevenção



¹⁴ In Gomes, R. et al. Prevenção à violência contra a criança e o adolescente sob a ótica da saúde: um estudo bibliográfico. *Ciência e Saúde Coletiva*. É possível prevenir a violência?, vol. 4, nº 1, Rio de Janeiro, 1999, p. 180.

Onde implantar?

As ações devem ser desenvolvidas em espaços onde sejam amplamente irradiadas, propiciando uma transformação cultural no que se refere à valorização da infância e da adolescência, bem como ao não-uso da violência para solucionar conflitos ou educar. Os espaços socioeducacionais como centros culturais e da juventude, escolas e associações de bairro são privilegiados por possibilitarem o desenvolvimento de atividades com crianças, adolescentes, pais e profissionais que ali trabalham. É também um espaço no qual crianças e jovens passam muitas horas, permitindo que os profissionais os observem cuidadosamente e, assim, identifiquem situações de violência ou risco pessoal e realizem os encaminhamentos necessários. As atividades desse local se agregam as ações desenvolvidas com outras instituições (postos de saúde, Conselhos Tutelares, Varas de Infância, delegacias, associações culturais e religiosas, entre outras) que estarão interagindo de forma articulada. Assim, com base em um núcleo original, vai se formando um pólo de referência nas questões ligadas à violência doméstica.

Equipe

A equipe que irá implantar o pólo (equipe executora) deve ser composta de um coordenador e de no mínimo dois profissionais para realizar as atividades, sendo que um deles pode acumular a função de coordenador dessa equipe executora.

É fundamental que todos os profissionais dessa equipe tenham formação em violência doméstica. O CNRVV oferece cursos de aperfeiçoamento em São Paulo e o Laboratório de Estudos da Criança (Lacri), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (www.usp.br/ip/laboratorios/lacri), tem um curso on-line de especialização em violência doméstica contra crianças e adolescentes para todo o Brasil.

Depois de escolhido o local onde serão realizadas as atividades, é necessário definir a equipe parceira — o profissional que responderá pela instituição e aqueles que co-participarão das oficinas com as crianças e os adolescentes. Nas oficinas, é importante a presença de dois profissionais, pois assim um deles pode se retirar para atender a uma necessidade particular de algum dos participantes.

PERFIL DOS COORDENADORES DAS ATIVIDADES DO PÓLO

- ▶ Ter formação em violência doméstica.
- ▶ Ser flexível para rever preconceitos ou julgamentos morais.
- ▶ Estar preparado para lidar com situações emocionais difíceis.
- ▶ Ter, além da formação em violência doméstica, uma formação que o habilite tecnicamente a desenvolver as atividades estratégicas para informar e instrumentalizar os atores, que serão os agentes multiplicadores na comunidade.
- ▶ Conhecer os recursos da comunidade e os que são referência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias.
- ▶ Ter a capacidade de trabalhar com profissionais e instituições de maneira transparente, cooperativa e co-responsável, criando mecanismos de interlocução, articulação e integração para a formação de uma rede intra e interinstitucional que propicie e sustente ações eficazes e contínuas a partir da compreensão da violência doméstica em toda a sua complexidade.

Ações

A metodologia adotada é participativa e tem como eixo principal o trabalho de grupo com crianças, adolescentes, pais, responsáveis e profissionais. Em suas oficinas, o CNRVV tem adotado a abordagem teórica-psicodramática (ver quadro Técnicas de Psicodrama na p. 44). Os temas podem ser desenvolvidos pelos grupos de forma paralela ou trabalhando inicialmente com os profissionais para que estes estejam preparados no momento em que os assuntos forem apresentados aos pais, crianças e adolescentes. O ideal é que os profissionais discutam o tema antes dos demais grupos.

OBJETIVOS DOS PÓLOS DE PREVENÇÃO

- ▶ Desenvolver a consciência de direitos e responsabilidades, para que os cidadãos possam exercer a cidadania e ser agentes transformadores de sua própria realidade, especialmente em relação à violência e suas múltiplas expressões.
- ▶ Resgatar a fala e a subjetividade de crianças e adolescentes, pais e profissionais para possibilitar a elevação da auto-estima e da autoconfiança.
- ▶ Estimular a atitude participativa da comunidade no questionamento de seus problemas.
- ▶ Sensibilizar a comunidade para a necessidade de reformular valores, o resgate e o fortalecimento dos vínculos, com enfoque nas relações interpessoais e familiares, para que se possa buscar a solução de conflitos e educar sem usar a violência.
- ▶ Instrumentalizar crianças e adolescentes, pais, responsáveis e profissionais para serem agentes multiplicadores de informações sobre violência doméstica — conceituação, causas, consequências, incidência, fatores de risco —, cidadania, questões de gênero, sexualidade, consciência de limites e deveres, preconceitos.
- ▶ Otimizar a utilização dos serviços e recursos da comunidade pela população por meio da aproximação entre ambos.
- ▶ Favorecer a articulação entre os recursos e serviços disponíveis na comunidade, fortalecendo a rede de atendimento.
- ▶ Instrumentalizar os agentes multiplicadores para criar projetos de prevenção que possam ser implementados na comunidade e veiculados na mídia falada, escrita ou televisiva.

Implantação do pólo de prevenção

A implantação de um pólo de prevenção é feita em seis etapas no decorrer de um ano: planejamento; vinculação; integração grupal; sensibilização temática; produção e execução de projetos; e avaliação. Nos anos seguintes, são realizadas atividades visando à continuidade das ações com crianças, adolescentes, pais e/ou responsáveis e profissionais.

Planejamento

Como a violência doméstica é um fenômeno que se mantém camuflado pelo “Pacto do Silêncio” (ver quadro à p.19), a melhor maneira de saber onde implantar o pólo de prevenção é relacionar as regiões que possuem maior índice de violência e de exclusão social. Apesar de o fenômeno estar presente em todas as camadas sociais, determinados fatores socioeconômicos podem contribuir para sua ocorrência. Tais como desemprego, alcoolismo, subemprego e más condições de moradia. Outro critério para a implantação do pólo é atender a uma demanda específica. Foi o que aconteceu no pólo de Paraisópolis: levou-se em consideração a demanda feita pela Vara da Infância e Juventude de Pinheiros, que havia solicitado a realização do trabalho de prevenção na região, considerando o grande número de notificações de casos de violência e negligência contra crianças e adolescentes.

Após o diagnóstico, escolhe-se a região e inicia-se o contato com os equipamentos (escolas, creches, postos de saúde etc.), para a definição dos locais onde serão desenvolvidas as ações do projeto, que constituirão o pólo de prevenção daquela comunidade.

Escolher mais de uma instituição, com um vínculo de gerenciamento comum, pode ser uma boa estratégia para ampliar a formação de multiplicadores e começar a tecer a rede de parceiros.

Problemas com o espaço físico

Os espaços físicos disponíveis para a realização das atividades nem sempre são ideais. Por isso, se no decorrer do trabalho aparecerem dificuldades em relação ao espaço, o melhor a fazer é procurar a direção da instituição.

A equipe do CNRVV teve uma experiência no bairro do Sapé, onde oficinas com crianças eram realizadas em uma grande sala de uma igreja, porém cheia de objetos e móveis que impediam o bom andamento das atividades. Em conversa com a direção e com o padre responsável, foi possível negociar uma outra sala.

Definir o espaço para as atividades com os pais nem sempre é muito tranquilo. Pode-se contar com a presença de quarenta pais em um dia e, no outro, com mais de cem, o que requer uma mudança rápida do espaço previsto. Em Paraisópolis, devido à presença de mais de cem pais, o CNRVV realizou as atividades na quadra esportiva.

Agenda de atividades

Aqui também se estabelece a agenda. Com os pais, uma estratégia é reservar o mesmo dia e a mesma semana do mês para a realização da atividade. Por exemplo: primeira sexta-feira do mês. Isso vai ajudá-los a criar uma rotina em relação aos encontros.

Com os profissionais, uma idéia é aproveitar o dia do mês reservado às atividades de aperfeiçoamento; com as crianças, deve-se tomar o cuidado de não marcar o encontro no dia e no horário de alguma de suas atividades favoritas, como futebol ou capoeira. As atividades voltadas aos pais costumam ser as mais difíceis de implantar, devido à inexistência de encontros mensais para eles. Para garantir sua presença, pode-se propor à direção que aproveite parte da reunião para transmitir informações diversas de interesse da instituição.

Entre os materiais de trabalho sugeridos estão agendas para jovens, calendários para famílias e manuais interativos para os profissionais, além da elaboração de questionários destinados a conhecer o perfil do público-alvo. O ideal é não fotocopiar, imprimir, nem comprar todo o material no primeiro mês, porque ele pode sofrer alterações durante o processo de trabalho. Também é importante definir com

a instituição o que cabe a ela providenciar em termos de material para a realização das oficinas e o que é de responsabilidade da equipe que desenvolve o projeto. Entre os materiais permanentes utilizados estão televisão, vídeo, mesas e cadeiras; entre os materiais de consumo, cartolinas, canetas e tintas.

Vinculação

No começo do trabalho é importante firmar com a direção das instituições envolvidas no projeto uma co-responsabilidade pelo andamento das atividades. É fundamental a parceria para esclarecer aspectos sobre a demanda inicial e o que poderá surgir no decorrer do processo que precise de um trabalho específico ou pontual.

Além da aproximação com os profissionais das instituições, busca-se conhecer melhor o público-alvo (crianças/adolescentes, pais/responsáveis), aplicando jogos dramáticos, questionários que ajudem a inventariar problemas e questões que geram conflitos e angústias.

O contato com profissionais da mídia (rádio e jornal), em especial com os da comunidade, pode ocorrer desde o início para facilitar a divulgação de temas específicos. Os veículos de comunicação também podem divulgar eventos como o fórum de debates, do qual participam profissionais de diversas áreas e a comunidade para discutir determinado tema ou a implantação de uma ação.

Integração grupal

É comum existir no início das dinâmicas de grupo, principalmente entre crianças e adolescentes, certos agrupamentos que implicam o isolamento de um ou outro integrante do grupo. As atividades de integração ajudam a quebrar essas dinâmicas e a gerar um clima de confiança necessário para essa etapa e as posteriores.

Sensibilização temática

Nesse momento, com a equipe mais próxima, conhecendo melhor os valores, preconceitos, angústias e preocupações dos grupos (crianças/adolescentes, pais/profissionais), e estes também mais integrados e confiantes, pode-se sensibilizá-los em relação ao fenômeno da violência doméstica, alertando-os sobre o grau de risco a que as crianças e os adolescentes estão submetidos e sobre a respectiva responsabilidade na proteção e na promoção da cidadania.

O levantamento de temas de interesse dos grupos propicia o surgimento de questões referentes às interações sociais em situações de violência, como necessidades básicas, relacionamento entre pais e filhos, sexualidade, discriminação/preconceitos, consciência de limites, direitos e deveres.

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. ECA

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: I. ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários ressalvadas as restrições legais; II. opinião e expressão; III. crença e culto religioso; IV. brincar, praticar esportes e divertir-se; V. participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI. participar da vida política, na forma da lei; VII. buscar refúgio, auxílio e orientação. ECA

TRANSMISSÃO DE VALORES

O cuidado em não impor valores estranhos ao público-alvo tem sido uma preocupação constante na implantação dos pólos de prevenção do CNRVV. Inicialmente, as ações são voltadas à reflexão de cada sujeito sobre as implicações e conseqüências de seus próprios atos e daqueles a que é submetido. Em seguida, pede-se que ele questione os modelos de comportamento existentes na comunidade. Como esse grupo será o responsável pelo desenvolvimento das ações de prevenção à violência, é necessário que, antes de tudo, se sinta sujeito de seus atos.

Produção e execução de projetos

Nessa fase, a população participa ativamente. Portanto, podem-se propor atividades que a leve a vencer a barreira da indiferença, possibilitando a conscientização e a mobilização da comunidade no sentido de privilegiar o combate à violência doméstica. Para isso, pode ser utilizado o conteúdo que apareceu na fase de sensibilização temática para organizar atividades, como entrevistas, discussão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), produção de programas de rádio ou matérias em jornal de bairro. No pólo do Jaguaré, em São Paulo, as crianças e os adolescentes elaboraram, junto com a equipe de implantação do pólo e o educador, um questionário destinado aos trabalhadores dos estabelecimentos comerciais e de serviços fundamentais, como açougue, videolocadora, padaria, farmácia, escolas e postos de saúde. O objetivo principal era levantar o que eles sabiam sobre violência doméstica — como encaminhavam as situações que apareciam e se já tinham atendido algum caso.

No fim da entrevista, transmitiam-se informações básicas sobre o tema e apresentava-se o pólo de prevenção.

Essa é a etapa em que os profissionais colocam em prática a capacitação recebida, realizam visitas às instituições da comunidade, contatando seus representantes para uma efetiva articulação de rede — debates e palestras para crianças, adolescentes, pais e outros profissionais da comunidade —, e planejam como se dará continuidade às ações de prevenção.

Avaliação

A avaliação deve ocorrer durante todo o processo, para que seja possível realizar os ajustes que se mostrarem necessários. Algumas práticas de avaliação sugeridas nessa fase são:

- ▶ Aplicação de questionário avaliativo entre os pais e os profissionais e do teste sociométrico, que mede como o grupo está se relacionando, entre as crianças e os adolescentes.
- ▶ Realização de dinâmica de grupo com os atores envolvidos.
- ▶ Organização das observações efetuadas no decorrer das etapas do trabalho (que subsidiaram possíveis mudanças no decorrer do mesmo).
- ▶ Apresentação de trabalhos pelos grupos atendidos no fim do ano para todo o grupo, tanto de forma expositiva quanto com recursos cênicos ou outros.
- ▶ Elaboração de relatório final.

A ESTRUTURA DO PÓLO DE PREVENÇÃO	
Atores da comunidade	Crianças e adolescentes Pais e responsáveis Profissionais Equipe parceira/profissionais das instituições onde serão realizadas as atividades
Frequência	Das oficinas: semanal com crianças e adolescentes mensal com pais e responsáveis mensal com profissionais Dos fóruns: bimestral Reuniões das equipes executora e parceiras: semanal
Horário	1h30 nas oficinas com crianças e adolescentes 2h00 nas oficinas com pais e responsáveis 2h00 nas oficinas com profissionais 2h00 nos fóruns 2h00 nas reuniões com as equipes
Tempo de implantação	1 ano para a implantação 1 ano de assessoria aos profissionais para a continuidade das ações com crianças/adolescentes e pais/responsáveis
Recursos	1 coordenador-geral 2 coordenadores de oficinas e fóruns (profissionais com formação em violência doméstica e instrumentalizados tecnicamente para as atividades) ▶ Instalações: salas para oficinas, reuniões e fóruns. ▶ Material permanente: televisão, vídeo, computador, impressora, retroprojektor, mesas e cadeiras, fitas de vídeo. ▶ Material de consumo: papel sulfite, caneta hidrográfica, tinta guache e para pintura a dedo, lápis de cor, cartolina, papel manilha, toner ou cartuchos para impressora, xerox de materiais e outros.

ETAPA DE IMPLANTAÇÃO DO PÓLO				
Fases *	Meses			
Planejamento	X			
Vinculação	X	X		
Integração		X	X	
Sensibilização temática		X	X	X
Produção/execução de projetos			X	X
Avaliação				X

* Esta é uma sugestão de divisão didática e pode sofrer alterações de acordo com as necessidades.



OFICINAS

O espaço oferecido pelas oficinas para reflexão, flexibilização e até mesmo reformulação dos padrões de relacionamento é um poderoso instrumento para enfrentar o fenômeno da violência doméstica, porque no grupo emergem as multiplicidades de cada um, que vão criar novas singularidades.

Nas oficinas realizadas pelo CNRVV, o trabalho com os grupos segue as fases da sessão psicodramática: aquecimento, dramatização e comentários. No primeiro momento, é proposto ao grupo que realize um aquecimento voltado para descontrair e integrar (percebem-se suas demandas, o interesse dos participantes, suas expectativas e o momento emocional do grupo). Em um segundo momento, promove-se um aquecimento mais específico — estabelecendo uma ligação entre o clima percebido no grupo e o tema a ser desenvolvido na oficina —, por meio de jogos dramáticos, vídeos educativos, dinâmica de grupo. Em seguida, o grupo passa a trabalhar o tema específico dentro de uma proposta que pode ser dramatizada ou apresentada por imagens ou outras técnicas de expressão.

No fim de cada oficina é reservado um tempo para avaliar a atividade realizada, a participação do grupo, o aprendizado, e planejar a atividade do próximo encontro.

O coordenador da oficina deve estar preparado para conduzir o grupo, tomando cuidado para que as pessoas não exponham suas necessidades pessoais nem tragam temas muito íntimos. Quando o coordenador perceber que alguém necessita falar ou fazer um depoimento pessoal, o melhor é providenciar uma conversa particular ou encaminhar para algum profissional habilitado.

Frequência

A frequência para a realização das oficinas é semanal com crianças/adolescentes e mensal com pais/responsáveis e profissionais. Essa frequência foi mantida pela equipe do CNRVV enquanto foi implantado um pólo por ano. Com a ampliação do projeto com crianças e adolescentes no programa SOS Bombeiros no Resgate da Cidadania — que mantinha duas turmas de crianças e adolescentes por dia em unidades de bombeiros de diversos bairros paulistanos —, surgiu a necessidade de atender seis pólos ao mesmo tempo, e as oficinas com as crianças e os adolescentes passaram a ser quinzenais. Essa alteração levou a equipe a refletir sobre as mudanças que iriam ocorrer em termos da escolha dos temas a serem trabalhados, do material a ser utilizado, das estratégias e das possíveis interferências nos vínculos entre as pessoas envolvidas. O que se pôde observar foi que nos encontros quinzenais o intervalo de tempo maior aumentou a dificuldade na retomada do trabalho. Após quinze dias, havia também interferência na qualidade dos vínculos entre o profissional do CNRVV, os adolescente/crianças e o profissional da instituição que acompanhava as atividades.

A solução encontrada para voltar ao ritmo de antes foi introduzir uma atividade sob a coordenação de um profissional do pólo. Dessa forma, além de manter as crianças e os adolescentes interessados no tema, foi dado um estímulo extra à equipe de apoio no desenvolvimento de seu papel de multiplicador de ações de prevenção.



TÉCNICAS DE PSICODRAMA

O psicodrama, técnica utilizada pelo CNRVV para trabalhar com os grupos de crianças, adolescentes, pais e profissionais, é uma teoria psicológica criada por J. L. Moreno (1889-1974) que tem como objetivo principal o trabalho em grupo. Suas técnicas procuram fazer com que cada um consiga dar respostas diferentes às mesmas situações, estimulando assim a reflexão sobre as inter-relações, o desempenho de papéis e as posturas adotadas até então. Sociodrama, jornal vivo e *role-playing* são algumas técnicas psicodramáticas.

- ▶ **Sociodrama:** “É um dos métodos do investigador social, de ação profunda, que trata das relações intergrupo e das ideologias coletivas. Os procedimentos sociodramáticos são capazes de exteriorizar e objetivar fenômenos culturais”¹⁵.
- ▶ **Jornal vivo:** também chamado de teatro do improviso, é uma técnica psicodramática utilizada em grupos que, por intermédio de notícias do cotidiano, montam uma cena que reflete seu conflito interno, desempenhando diferentes papéis, e há possível reflexão crítica sobre a questão/fenômeno.
- ▶ **Role-playing:** uma das técnicas psicodramáticas que têm como objetivo incitar as potencialidades do sujeito do grupo, treinando papéis que foram retirados ou inibidos por diferentes razões de sua vida, com o desempenho de papéis mais claros e sadios.

¹⁵ Moreno, J. L. *Psicodrama*. São Paulo, Cultrix, 1993.

Oficina com crianças e adolescentes

A proposta para o grupo de crianças ou de adolescentes envolve encontros semanais, com 1h30 de duração. Nos quatro ou cinco encontros do mês, deve-se procurar discutir o tema que também será abordado no encontro mensal de pais e no encontro mensal de profissionais.

Nos pólos implantados pela equipe do CNRVV, as atividades costumavam ser oferecidas a todas as crianças e adolescentes que freqüentavam o local. Os grupos eram divididos por faixa etária, nível de escolaridade e de acordo com o perfil de comportamento (procurou-se um equilíbrio entre os alunos mais e menos disciplinados de cada sala). Mas também por situações em que a instituição, por atender a um número muito grande de crianças e jovens, propunha que o projeto fosse destinado a um grupo específico de alunos. Nesse contexto, o critério para a definição do grupo é muito complexo e houve situação em que os indicados foram aqueles considerados mais vulneráveis ou mais agressivos.

As oficinas tanto com crianças quanto com adolescentes têm o objetivo de fazer com que eles saibam identificar situações abusivas e desenvolver movimentos de autoproteção em relação a essas situações. A abordagem metodológica, no entanto, não é a mesma nas oficinas de crianças e nas oficinas de adolescentes. Apesar dos dois públicos serem multiplicadores de idéias, muitas vezes a criança não está preparada para a introdução de determinados assuntos. Por isso, é importante que os temas sejam introduzidos por meio de brincadeiras. Assim, o profissional descobrirá quais deles poderá ou não trabalhar para não abalar o imaginário da criança.

Inicialmente, o trabalho com as crianças e os jovens está baseado em dois eixos: vinculação e integração grupal. Para a equipe de profissionais do CNRVV, esse é um dos momentos mais extenuantes da implantação do pólo. A começar pela vinculação com o profissional da instituição que, muitas vezes, recebe a proposta com interesse e colaboração, além de outras, com receio da possível supervisão sobre o trabalho que realiza com seus alunos.

A fase da desconfiança também acontece com as crianças e os jovens. Em geral, no começo, eles oscilam entre desmotivação, desinteresse, atitudes hostis à presença de um profissional diferente e demonstração de uma enorme carência. Quase nunca interagem, a não ser para se provocarem ou se confrontarem. Também é comum que respondam às tarefas propostas de forma quase automática, sem envolvimento afetivo.

Para criar um clima de confiança onde cada um dos envolvidos sinta-se mais seguro para evidenciar no grupo os aspectos mais íntimos de suas experiências, são sugeridas as seguintes estratégias metodológicas para os primeiros três meses de trabalho:

- ▶ Criar um clima afetivo e receptivo. Mas, cuidado: ignorar comportamentos inadequados pode diluir um clima tenso à custa da banalização de situações agressivas e desrespeitosas. Quando surgirem atitudes e comentários hostis, é recomendável que o profissional se manifeste de forma firme, mas sem adotar um tom repreensivo.
- ▶ Desenvolver atividades lúdicas que busquem o envolvimento de todos. Jogos de interação, cooperação, dramatizações, gincanas, oficinas de produção artística, discussão de filmes e desenhos, construção de histórias individuais e coletivas são alguns exemplos.

Com essas proposições é possível trabalhar questões relacionadas à liderança negativa, à timidez e ao exibicionismo — comportamentos que prejudicam o relacionamento em grupo —, e abordar a integração cooperativa como potencialização de um grupo.

Objetivos das oficinas com crianças e adolescentes

- ▶ Posição assertiva diante de situações que incluam violência, perpetradas contra si mesmos ou contra outra criança ou adolescente.
- ▶ Reconhecimento de pessoas, formas e lugares adequados para pedir ajuda, quando se sentirem fragilizados diante de situações violentas.
- ▶ Conhecimento de que, pelo fato de serem crianças e adolescentes, sujeitos em condições peculiar de desenvolvimento, jamais podem ser responsabilizados ou culpabilizados por situações de violência, principalmente as que envolvem pessoas adultas.
- ▶ Capacidade de discutir o tema da violência com confiança e respeito, reconhecendo em si e nos outros os padrões abusivos de relacionamento.
- ▶ Iniciativa para reformular suas atitudes hostis e agressivas.
- ▶ Reconhecimento e exercício de seus direitos preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente, contribuindo com seus recursos para a busca de harmonia na convivência familiar.
- ▶ Tornem-se multiplicadores dos temas e idéias discutidas nas oficinas, como verdadeiros construtores de uma sociedade mais solidária e menos violenta.

Jogo de aquecimento

Um dos jogos sugeridos para a fase de integração é “o cego e o condutor”.

Para aquecer, pede-se aos participantes que andem livremente pela sala procurando não esbarrar uns nos outros. Primeiro lentamente, depois num ritmo mais rápido. A recomendação é que parem repentinamente ao ouvir o som de uma palma e que voltem a andar rapidamente sem se esbarrar ao ouvir duas palmas. Quando estiverem envolvidos na atividade, pede-se que, após uma parada, deixem de ser estátuas e olhem para o colega que está mais próximo, cumprimentando-o apenas com o olhar. Então eles são comunicados de que formarão duplas, no próximo jogo, com a pessoa que acabaram de cumprimentar.

O cego e o condutor: em cada dupla, um será o cego e o outro o condutor, aquele que auxiliará o cego a andar pela sala, pátios e outras áreas determinadas, mas que não poderá dizer nada.

A atividade começa com a exploração do ambiente físico e depois com a exploração da silhueta das pessoas que eles forem encontrando pelo caminho para tentar adivinhar quem seria pelo tato. Depois de um certo tempo o cego e o condutor trocam de papel.

A atividade precisa ser acompanhada de perto pelos coordenadores porque, em geral, as crianças estão mais interessadas em provocar situações vexatórias e perigosas aos colegas cegos do que protegê-los.

Quando o jogo termina, eles compartilham o medo, a insegurança e a raiva que sentiram em relação às conduções descuidadas, não protetoras e, às vezes, agressivas e desrespeitosas do colega que conduzia. Quem conduziu também assume a insegurança quanto à responsabilidade de ter de cuidar do colega.

Esse jogo permite fazer um paralelo com as atividades em classe que devem ser realizadas em grupo, refletindo sobre quem ajuda e quem nega ajuda, quais são os momentos em que o trabalho de grupo pode ficar muito melhor se aquele que sabe um pouco mais auxilia aquele que tem mais dificuldade.

No final de um encontro específico, foi pedido que pensassem em uma atividade que favorecesse o comportamento de ajuda. Eles propuseram a realização de uma gincana.

Depoimentos das crianças sobre a brincadeira “o cego e o condutor”

Quando perguntado como foi ser cego, elas responderam:

“Ruim, porque a gente não faz as coisas direito.”

“Bom, eu gostei.”

“Fui empurrada.”

“Horível, porque você não sabe onde está pisando.”

“Ruim, a gente bate nos outros e os outros batem na gente.”

Quando perguntado como foi ser guia, elas responderam:

“Bom, porque você vê tudo e dá risada dos outros.”

“Ruim, porque não dá para aproveitar nada. Só fica cuidando do outro.”

“Não foi bom, muita reponsabilidade.”

Interagindo com o tema

Depois das atividades de integração como “o cego e o condutor” e a gincana, as crianças e os adolescentes passam a interagir na proposição de temas de seu interesse e a assimilar os temas propostos pelos coordenadores das atividades. O enfoque estratégico dessa fase deve estar na produção de material e de um projeto de multiplicação dos conteúdos trabalhados. É o momento em que o grupo já pode assumir a protagonização das ações porque está mais unido. Então, a energia produtiva é canalizada na organização de exposições de cartazes, construções com sucata, apresentações musicais e teatrais e na confecção de jornais, revistas e cartilhas que abordem os temas trabalhados.

Depois de aproximadamente oito meses de trabalho, os grupos de crianças e de adolescentes apresentam um incrível potencial de disseminação do projeto e, em conjunto com as diretrizes apontadas nos grupos de pais e de profissionais, podem oferecer subsídios para a continuidade da proposta na instituição.

“A confiança é algo muito importante. Muitas vezes os pais acham que o filho está fazendo a coisa errada e não entendem que para o filho aquilo é o certo a fazer.”

Ariana, 17 anos

TEMAS MAIS TRABALHADOS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- ▶ Formas de relacionamento dos meninos e das meninas em diferentes situações.
- ▶ Situações cotidianas e situações temidas, como se estruturar para lidar melhor com elas.
- ▶ Sexualidade nas suas diferentes fases.
- ▶ Drogas: o que são; o que causam e como evitar.
- ▶ O Estatuto da Criança e do Adolescente.
- ▶ A família: configurações atuais; conflitos mais comuns.
- ▶ A violência nas relações familiares.
- ▶ Abuso sexual contra crianças e adolescentes: o que é, como reconhecer e pedir ajuda.
- ▶ O Conselho Tutelar.

Oficinas com os pais

Ao iniciar as atividades, a equipe de trabalho se apresenta, dizendo que as oficinas serão conduzidas por dois coordenadores em parceria com profissionais da instituição. Como os grupos de pais normalmente são numerosos, o ideal é que na equipe de trabalho atuem dois profissionais na função de coordenadores da atividade e outros, da própria instituição, como coadjuvantes. Nada impede, porém, que o trabalho aconteça com outra configuração de equipe. Em uma das oficinas do CNRVV, por exemplo, o grupo foi dirigido somente por um profissional com a ajuda de vários profissionais da instituição.

Cada instituição usou diferentes estratégias para sensibilizar os pais a participar das atividades. Algumas mandaram bilhetes para os pais por meio dos filhos, outras tentaram tornar a presença dos pais obrigatória. Nesses casos, o esclarecimento sobre a necessidade da presença voluntária do pai ficou a cargo dos coordenadores das oficinas e da direção da instituição.

"Não acho certo agredir crianças e adolescentes. Nunca apoiei bater para corrigir."

Sônia Regina da Silva Ferreira, mãe de um adolescente de 16 anos

Uma aluna presenciou a morte do pai, que foi morto a tiros. Outro aluno cresceu ouvindo que o pai estava preso porque era um grande assaltante de bancos. Como educar no meio de tanta violência? Esse é o desafio que chega às nossas mãos. Com o trabalho que foi desenvolvido com o pessoal do CNRVV, essas crianças puderam expressar sentimentos guardados e hoje vejo-as alegre e convivendo "numa boa" com os amigos.

Elizabeth Borges, educadora do Espaço Gente Jovem Santa Cruz

Jogos de integração

Na primeira oficina de pais, podem-se sugerir dinâmicas de apresentação informal, como as descritas abaixo:

- ▶ Os integrantes do grupo, dispostos em círculos, apresentam um de seus vizinhos, imaginando para ele uma profissão e uma qualidade. Depois que todos tiverem falado, cada um comenta o que foi dito ao seu respeito e apresenta-se de fato.
- ▶ Cada um escreve uma mensagem para alguém do grupo. Nesse momento, é importante oferecer ajuda àqueles que não sabem ler e escrever. Em seguida, as mensagens são enroladas e colocadas dentro de balões de ar. Enchem-se os balões. Ao som de música, todos começam a jogar os balões. Quando a música pára, cada participante deve apanhar um balão e procurar tirar a mensagem de dentro dele (normalmente todos estouram seus balões). Em seguida, cada um lê para o grupo a mensagem recebida. Após a leitura de todos, pede-se que criem uma imagem do grupo a partir das mensagens lidas.

Desde o início, fala-se em linhas gerais o que será visto, discutindo a proposta de temas a ser desenvolvidos ao longo do ano. Deixa-se clara a intenção de quebrar formalidades. Explica-se ao grupo que todo esse trabalho tem a intenção de combater a violência doméstica, estabelecer comunicação dentro do grupo, sensibilizar e discutir questões importantes para a compreensão e o desenvolvimento do papel de pais e educadores, produzir conhecimento no grupo sobre as questões da infância e da adolescência — promovendo um combate a padrões de relacionamento abusivos na família e a todo tipo de violência; garantindo os direitos fundamentais da criança e do adolescente; enfim, construindo uma cultura de direitos humanos.

Por último vem a fase da sensibilização para os temas. A entrada nessa fase pressupõe que o grupo esteja suficientemente maduro para refletir sobre assuntos como relações de pais e filhos, colocação de limites, dificuldade de conversar, desenvolvimento emocional. O conteúdo oferecido nas oficinas é sempre respaldado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por meio de cartilhas interativas, cartazes, jogos, recortes, colagens e dramatizações.

"O que eu acho mais difícil na relação com o meu filho adolescente é a comunicação. A gente discute muito, a ponto de muitas vezes eu quase perder o controle. Nessas horas, eu vou para o meu quarto, me acalmo e depois volto para tentar fazer com que ele me entenda. Morro de medo de me descontrolar."

Laudinéia Costa Pereira, mãe de um adolescente de 17 anos

Na relação de pais e filhos, por exemplo, abordam-se a formação da família, o papel dos pais, os primeiros cuidados com o filho, a alimentação, o desenvolvimento e as etapas mais marcantes, as necessidades afetivo-emocionais, o desenvolvimento intelectual e finalmente a colocação de regras, de normas, de limites na educação, de direitos e deveres das crianças, adolescentes, pais e educadores.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. ECA

É importante ressaltar que os recursos utilizados nas oficinas são ilimitados, já que tudo pode ser aproveitado. Algo que tenha acontecido na comunidade pode ser exposto pelo grupo para refletir sobre os acontecimentos do dia-a-dia. Em uma das oficinas realizadas pela equipe do CNRVV, foi mostrado um vídeo para iniciar o debate sobre a violência nas relações familiares. Da discussão do grupo sobre o tema surgiram as experiências de três pessoas. Foi proposta então uma sociodramatização do caso do pai que estava aflito porque a filha de 14 anos havia fugido de casa.

"Nos encontros, eu aprendo muito com as experiências dos outros pais."

Cleunice Fernandes da Silva, mãe de uma adolescente de 17 anos

Dramatização

A montagem da cena psicodramática começa quando é pedido ao pai que lembre de uma cena que sintetize sua dificuldade de relacionamento com a filha.

A cena trazida passa-se em frente à casa da família. De um lado está o pai; do outro, seu irmão, sua mãe, a filha e o namorado. O clima é de briga. A coordenadora da atividade pede ao pai que assuma o papel de vários daqueles personagens enquanto ela o entrevista. Nessa investigação psicodramática apareceram os seguintes dados:

- ▶ A filha apanhava freqüentemente dos pais.
- ▶ Os pais tentavam resolver as situações de conflito batendo na filha.
- ▶ O pai se opunha ao namoro da filha, justificando que o rapaz era "malandro".
- ▶ O namorado de 17 anos, que não estudava, "fazia bicos" e dizia querer se casar com Lina, ameaçando matar o pai se ele tentasse impedir o namoro.
- ▶ A avó apoiava a neta.
- ▶ O tio achava que os pais não sabiam educar, pois "batiam muito".

Nos papéis da filha e do tio, ele informou que a filha apanhava do pai, mas quando estava no seu próprio papel dizia que era mentira, que ele não batia. Propôs-se trazer à cena a mãe. Ao representar sua mulher, ele disse que "batia na filha e que iria bater quando ela voltasse porque eles estavam sofrendo muito e ela estava com muito raiva". Questionado, assumiu que a mãe batia para descarregar a raiva e que não estava preocupada em educar a filha naquele momento.

Os temas abordados ajudaram pais e educadores a entender e melhorar a relação entre pais e filhos, saber a importância e o porquê do estabelecimento de limites, os deveres e direitos de cada um.

Roseli Neubauer, educadora do pólo de Paraisópolis

De volta ao seu papel, o pai informou que sempre se sentiu muito só, sem ninguém para ajudá-lo. Mas agora tinha vontade de conversar com a filha.

Propôs-se ao pai que conversasse com a filha numa segunda cena. O pai falou com a filha bem calmo, explicando com clareza e carinho o que pensava.

Numa terceira cena, a filha volta para casa e chega com o namorado. A mãe começa a bater nela e o namorado entra no meio para defender a menina. O pai apenas assiste. Em seguida, a coordenadora conversa com o pai e mostra que, apesar de preocupado, ele não conseguiu proteger a filha. O que ficou da última cena: a traição da mãe; a cumplicidade silenciosa do pai; o abalo do sentimento de confiança da filha, sua humilhação, sua auto-estima (possivelmente rebaixada), sua raiva e sua solidão em relação aos pais. O namorado, que a defendeu, aparece como a única figura positiva.

Assim que a dramatização acabou, foi pedido ao grupo que compartilhasse suas emoções, experiências e lembranças. Todos estavam muito emocionados, mas ganhou destaque o depoimento de uma avó. Ela se sentia culpada por ter sido muito dura com a filha que morreu em decorrência da Aids. Agora tentava reparar esse sentimento cuidando dos netos de outra forma.

Falaram também da importância da confiança nas relações de pais e filhos, do diálogo e da necessidade de orientar os adolescentes com relação à sexualidade, à gravidez e às doenças sexualmente transmissíveis.

Objetivo das oficinas com pais e/ou responsáveis

- ▶ Fortalecer o grupo social família.
- ▶ Desenvolver o papel social de pais dando-lhes estímulos e apoios necessários ao desenvolvimento pessoal e social do indivíduo tanto na família quanto na sociedade.
- ▶ Estimular a consciência da necessidade de mudança em suas condutas para que exerçam seu papel de protetores, minimizando situações de risco, contribuindo para o processo educativo.
- ▶ Criar um ambiente de comunicação confiável sobre os conteúdos da sexualidade na família, para que os filhos possam comunicar eventuais problemas nesse campo, instrumentalizando-os para que possam reagir e buscar ajuda, se necessário.
- ▶ Motivar a colaboração e apoio explícito ao programa de prevenção desenvolvido na entidade/equipamento do qual participem.
- ▶ Desenvolver a interação e participação dos pais junto aos próprios filhos para que o programa de prevenção seja mais efetivo.
- ▶ Desenvolver a interação entre os pais a fim de que possam compartilhar suas preocupações bem como possam encontrar, em conjunto, formas de resolvê-las.
- ▶ Promover um sentimento positivo em relação à infância, gerando possibilidade de enfrentar padrões de relacionamento familiar com violência.
- ▶ Favorecer à família condições para construção da “cultura de direitos humanos”, onde cada membro tivesse garantido um tratamento digno e respeitoso, em suma, que fosse tratado como cidadão.

“Um grama de exemplos vale mais que uma tonelada de conselhos. Os pais exigem coisas dos filhos, mas muitas vezes não dão exemplo. O garoto deve ter o exemplo em casa.”

Adriano, 17 anos

“O adolescente precisa entender que quando os pais perdem a confiança nele só o tempo fará com que ela volte.”

Rosely Almeida Castro, mãe

Também faz parte do trabalho com os pais a realização de fóruns de debates com os representantes das instituições de proteção à criança e ao adolescente, como Conselhos Tutelares, Varas de Infância, psicólogas do posto de saúde da região, assistente social.

A etapa de avaliação do projeto é o momento no qual o grupo discute sua trajetória, sua evolução, faz uma auto-avaliação e, principalmente, apresenta estratégias para continuar desenvolvendo o projeto na comunidade, agora como multiplicadores. O grupo apresenta uma pesquisa realizada sobre os recursos da comunidade para a formação de uma rede articulada que dará sustentação às ações. No pólo de Guarapiranga, por exemplo, os pais trabalharam nessa pesquisa durante um mês, indo até as instituições e colhendo informações sobre o tipo de serviço oferecido e como as pessoas faziam a inscrição. Nessa busca descobriram vários serviços que seriam úteis aos jovens. Por exemplo, uma instituição que preparava o adolescente para sua primeira entrevista de emprego.

Da ação explosiva à fala

Na avaliação final do processo preventivo da violência doméstica, muitos pais relataram uma mudança de atitude com os filhos, e que usavam seu poder disciplinador de maneira mais adequada (alguns pararam de bater nos filhos). Buscavam ainda formas alternativas de discipliná-los, mediante falas compreensivas mas firmes, ao colocar limites e suspender temporariamente atividades prazerosas. Outras mães traziam relações afetivas mais próximas procurando solução pacífica para os conflitos. Além disso, a troca da ação explosiva pela fala começou a aparecer nas relações de pais e filhos.

Os pais que participaram das oficinas perceberam que o trabalho conjunto dava resultados e expandiram essa experiência para a construção de casas, e para exigir a manutenção de seus filhos nas creches quando não havia vagas nas EMEIs. Por meio da mobilização decorrente do processo da conscientização de direitos, eles conseguiram com que duas escolas abrissem novas salas de período integral.

Emília Aparecida Jorgino Blanco, diretora do
Centro Comunitário e da Creche Sinhazinha Meirelles

Oficina com profissionais

A equipe do Centro de Referência às Vítimas de Violência observou que os profissionais de diversas áreas e instituições mantêm o pacto do silêncio devido à dificuldade de identificar, encaminhar e acompanhar uma criança ou adolescente em situação de violência doméstica. Ficou claro também que a maioria tem dificuldade de propor atividades que desenvolvam a conscientização e a mobilização em relação aos direitos e responsabilidades dos cidadãos. A conscientização é fundamental para que se possa exercer a cidadania e ser agente transformador de sua própria realidade, especialmente em relação às múltiplas expressões da violência, em particular a doméstica.

Nas oficinas, os profissionais de diversas áreas são sensibilizados e instrumentalizados para, junto com a equipe executora do projeto, ajudar a criar o programa de prevenção da sua comunidade. Essa formação ocorre por meio de atividades como oficinas, palestras, reciclagens, reuniões para discussão de casos e elaboração de estratégias para o atendimento, cursos de aperfeiçoamento, fóruns de debates e outras ações voltadas para a interrupção da violência contra crianças e adolescentes.

A oficina de profissionais é direcionada ao grupo permanente da instituição em que o trabalho está sendo realizado, podendo ser estendido a profissionais convidados de outras instituições. Os encontros mensais duram aproximadamente duas horas.

A oficina com profissionais segue a mesma linha das oficinas com pais e crianças. Começa com um aquecimento inespecífico para descontrair, depois passa para um aquecimento específico que visa mobilizar o grupo em torno do assunto que será trabalhado, em seguida é feita a discussão sobre o tema e, por último, a avaliação final.

Com os participantes aquecidos e estimulados para se aprofundar no tema, propõe-se uma discussão em pequenos grupos. Nesse momento o coordenador da atividade circula pela sala para esclarecer eventuais dúvidas que tenham surgido.

Depois da discussão, eles têm de pensar numa forma de apresentar o que foi discutido ao grupo maior. Algumas técnicas são sugeridas para apresentação desse conteúdo: dramatização, apresentação teórica, cartazes, jogral, imagem, mímica ou outra forma que possa expressar o conteúdo discutido.

Além de transmitir as informações durante o trabalho, o coordenador tem a tarefa de ajudar os grupos na elaboração de seus trabalhos.

Disseminação de idéias

A distribuição de textos relacionados à violência doméstica pode ajudar a disseminar informações relevantes sobre o tema, na medida em que esse profissional deve levar o material e o que tiver sido discutido na oficina para outros ambientes de convivência — outra instituição, sua casa, sua família, vizinhança ou outros espaços de sua comunidade —, tornando-se assim um agente multiplicador e transformador de sua realidade.

Outra estratégia interessante é realizar oficinas que envolvam profissionais de várias instituições ou de diferentes áreas do mesmo estabelecimento.

Pode haver o risco de os profissionais se agruparem por função, área ou instituição. Por exemplo, os funcionários da cozinha e da limpeza em um grupo e os que têm cargos de direção em outro.

Caso isso ocorra, devem-se criar estratégias para estimular a formação de grupos heterogêneos. No primeiro aquecimento, por exemplo, pode-se contar, repetidamente, um, dois, três e ir agrupando as pessoas; ou dar balões ou etiquetas colantes de cores diferentes e pedir que os grupos se componham a partir dessas referências, finalizando o aquecimento com os integrantes agrupados de acordo com os números ou as cores. Isso permite a formação de grupos com diversas composições que terão a oportunidade de trabalhar juntos, conhecendo-se melhor e vinculando-se com profissionais com quem não tinham contato mas que, muitas vezes, realizam ações complementares.

A presença do conselheiro tutelar

Essa é uma forma de trabalhar as fantasias e os preconceitos em relação aos diferentes tipos de trabalho. A presença do conselheiro tutelar nas oficinas inicialmente pode gerar certa tensão porque muitos desconhecem e têm idéias preconceituosas sobre o seu papel. No entanto, depois de alguns encontros, o grupo reconhece a função de ajuda que o órgão pode ter e passa a entender que conselheiro tutelar também depende dos recursos da comunidade para fazer seu trabalho. Essa mudança de atitude em relação ao outro vai contribuir para uma inter-relação maior entre os serviços da comunidade. A partir do momento em que eles passam a ser conhecidos como pessoas, também os serviços ficam mais acessíveis.

A possibilidade de os profissionais interromperem uma situação de violência pode surgir das mais variadas formas, por meio de um fórum de debates ou de uma reunião de pais. Na realização de um fórum, um pai pediu a palavra para dizer que estava enfrentando sérios problemas com seu filho e que já não agüentava mais, expressando seu desejo de encaminhá-lo para o “juizado de menores”. Os profissionais presentes ouviram o que o pai tinha a dizer e pediram que ele procurasse um dos coordenadores do projeto no fim da reunião. Nesse contato, o pai explicitou que espancava o filho, e isso exigiu que a direção da instituição onde estava sendo realizado o fórum e o coordenador do projeto encaminhassem o pai ao Conselho Tutelar e a um órgão que realiza trabalho de orientação e acompanhamento familiar.

As palestras realizadas com os conselheiros tutelares estreitaram a parceria com os pais, que passaram a ter uma nova idéia da função que o órgão desempenha. Mas esse não foi o único desdobramento que ocorreu após a implantação do pólo. Criamos um livro de registro de ocorrências, começamos os contatos com os postos de saúde da região e fizemos uma parceria com o Núcleo de Atendimento Psicológico da USP.

Emília Blanco, diretora do Centro Comunitário e da Creche Sinhazinha Meirelles

Participar de uma rede de instituições é importante para os agentes do Conselho Tutelar porque significa a construção da força contra a violência (e nos ajuda a fazer cumprir a Lei 8.065/90). As violações dos direitos ficam mais explícitas e tendem a diminuir. Com ela nossos encaminhamentos para tratamento jurídico, médico, social e/ou psicoterapêutico são mais eficazes.

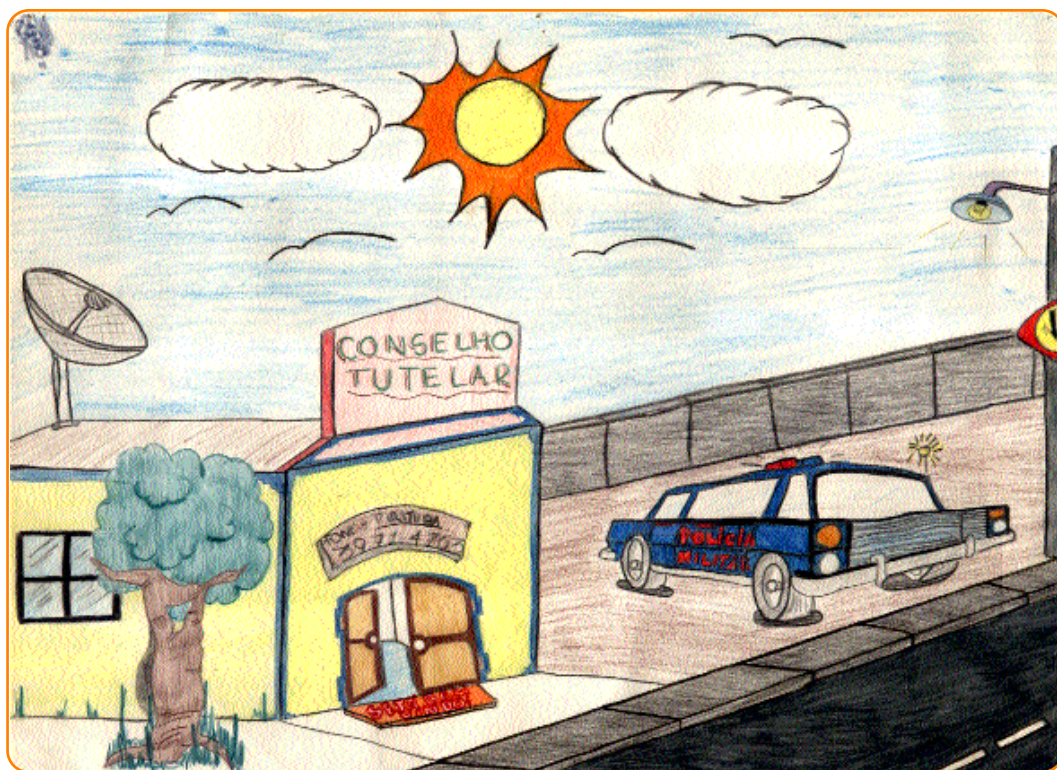
Jandira Ribeiro de Paula da Silva, Conselheira Tutelar de Perus

Art.13. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. ECA

Em outra oficina, veio à tona o caso de uma criança que contou à professora que, em sua casa, as pessoas faziam as mesmas coisas que ela estava aprendendo na aula de orientação sexual. Quando a professora foi conversar com a criança, ela contou de forma natural as situações de abuso sexual envolvendo pai, mãe, irmãos e o namorado da irmã.

Isso mostra que no trabalho de prevenção, o pedido de ajuda pode ocorrer a qualquer momento. A tarefa do profissional é entender qual a real demanda e definir o encaminhamento e o acompanhamento de que a criança ou o adolescente e sua família necessitam para interromper a situação de vitimização.

Assim, no desenvolvimento das ações de prevenção nos níveis primário, secundário ou terciário, o profissional pode encontrar muitas dificuldades. Ele necessita de capacitação específica em relação à violência doméstica e deve estar livre de preconceitos e reticências, além de possuir recursos internos e externos que lhe permitam iniciar e dar continuidade ao processo de atenção às crianças para, sempre que possível, realizar o trabalho junto a uma equipe transdisciplinar com articulações interinstitucionais.



Dicas para enfrentar a violência doméstica

De acordo com estudos do Laboratório de Estudos da Criança (Lacri), do Instituto de Psicologia da USP, três entre dez crianças de zero a dez anos sofrem diariamente diversas violências. Abaixo seguem algumas dicas de como agir no enfrentamento da violência doméstica.

- ▶ Acreditar na criança/adolescente e ampará-la.
- ▶ Fazer perguntas calmas e objetivas.
- ▶ Não fazer interrogatórios longos, colocar palavras na boca da criança/adolescente nem sufocá-la com expressões de espanto, horror e observações de quão terrível foi a violência.
- ▶ Não censurar, criticar nem culpar a criança/adolescente.
- ▶ Não estar preso a preconceitos ou julgamentos morais.
- ▶ Aceitar os sentimentos da criança/adolescente.
- ▶ Verificar se a criança/adolescente tem ferimentos.
- ▶ Não adiar as decisões necessárias à interrupção do ciclo da violência e à proteção da criança/adolescente. Não imaginar que a situação de violência vai mudar ou até não acontecer mais. Devem-se tomar as providências necessárias para impedir que a violência se agrave a ponto de causar a morte da vítima ou do agressor. Depois de anos seguidos sofrendo agressões do pai, um filho pode agredi-lo ou matá-lo, tornando-se agressor.
- ▶ Não ficar paralisado, na interlocução com outros profissionais e instituições, pelas questões relacionadas ao sigilo com a omissão de informações por receio de violar as confidências, deixando a vítima muitas vezes em situação de risco. Esse receio pode ter certo fundamento se a troca de informações ocorrer entre profissionais ou pessoas não envolvidas diretamente no caso ou que não tenham nenhuma contribuição a dar.
- ▶ Ter consciência de que suas ações ou omissões têm consequências. Dependendo da forma como são realizadas certas intervenções, o ciclo da violência pode ser interrompido e a vida dos familiares ou de outras pessoas envolvidas pode ser salva ou, ao contrário, colocada em risco.
- ▶ Realizar registros que irão subsidiar a ação de outros profissionais, evitando que a vítima seja entrevistada inúmeras vezes, o que aumentaria o seu sofrimento. Essa ação também permite que a situação não caia no esquecimento e impede que a instituição não possa dizer que desconhecia o fato depois de passado certo tempo ou, ainda, quando algum profissional dessa instituição for questionado por faltas ou falhas no encaminhamento.
- ▶ Complementar as medidas protetoras acrescentando novos dados sempre que necessário e possível.
- ▶ Notificar a violência ao Conselho Tutelar, fazendo os encaminhamentos necessários (médico, psicológico, social, jurídico ou outros), considerando se a criança/adolescente está em situação de risco de vida.
- ▶ Acompanhar o percurso do caso.
- ▶ Estar preparado emocionalmente e cuidar da própria auto-estima, sabendo que pode ter vivido ou estar vivendo algum tipo de violência doméstica que pode interferir em seu desempenho profissional.

- ▶ Conhecer os recursos de sua comunidade e os que são referência no atendimento a crianças, ao adolescente e à família.
- ▶ Cuidar das relações com outros profissionais e instituições, não os culpando pelas dificuldades surgidas, que estão muitas vezes relacionadas à natureza do trabalho.
- ▶ Cuidar da comunicação, na medida em que poderá lidar com pessoas que não respeitam os limites.
- ▶ Não assumir o lugar de juiz e dono da verdade ou do saber, realizando um exercício de poder, ao imaginar que seu ponto de vista ou sua postura técnica e ética são os únicos corretos ou os melhores. Isso leva a um conflito que pode ser acirrado quando a família envolvida com questões de violência percebe a cisão entre os profissionais e os joga uns contra os outros.
- ▶ Não realizar intervenções contraditórias, para evitar que a família e a vítima fiquem confusas em relação ao interesse ou à capacidade dos profissionais e se sintam sem a devida proteção, o que pode levar ao abandono do processo.
- ▶ Exercitar a capacidade de trabalhar com profissionais e instituições de forma transparente, cooperativa e co-responsável, criando mecanismos de interlocução, articulação e integração para a formação de uma rede intra e interinstitucional que propicie e sustente ações eficazes e contínuas a partir da compreensão da violência doméstica em toda a sua complexidade.
- ▶ Compartilhar e respeitar de forma responsável as decisões, as angústias, o sucesso, as diferenças, as dificuldades, os interesses e as idéias criativas.
- ▶ Refletir e implementar ações de prevenção para serem desenvolvidas em suas instituições ou em outros locais de sua comunidade.
- ▶ Ter informações específicas sobre violência doméstica, incluindo conceituação, tipos, causas, consequências, dinâmica dos membros da família como um todo, gênero, sexualidade, cidadania, entre outras.
- ▶ Estar informado e atualizado sobre a legislação vigente, em particular com relação ao ECA, para que possa respeitar e aplicar a lei de forma correta no que for de sua competência.
- ▶ Buscar e participar de cursos, palestras ou outras formas de sensibilização e capacitação para que saiba identificar, notificar e acompanhar a criança e o adolescente em situações de violência e risco pessoal.
- ▶ Participar de fóruns de debates sobre essa temática que tenham o objetivo de instrumentalizar, traçar estratégias para o trabalho em rede e propor parcerias para a criação e a implementação de políticas públicas.



CUIDANDO DA COMUNICAÇÃO

A comunicação é fundamental em todas as ações que são desenvolvidas para a implantação do pólo, devendo ser transparente, objetiva, com conteúdo claro e adequado ao interlocutor em termos de linguagem, faixa etária e aspectos socioculturais.

Estar atento para formas não verbais de comunicação, como a postura corporal, uma expressão facial ou outras formas de reação como o choro, que pode ser um primeiro passo para identificar uma pessoa em sofrimento.

Com crianças, na maioria das vezes a comunicação se dá de forma indireta. Às vezes, por meio de brincadeira, desenho ou faz-de-conta. Certa vez, uma criança contou que uma de suas amigas sofria agressões, quando, na verdade, era ela a vítima.

É fundamental, desde o princípio, estabelecer dispositivos de comunicação entre os profissionais da equipe que está conduzindo as ações e os interlocutores — instituições, demais profissionais, pais/responsáveis, crianças e adolescentes. A criação de vínculos com maior proximidade e confiança pela circulação das informações e também o intercâmbio de experiências que irão estimular o desenvolvimento e o crescimento pessoal dos atores envolvidos, capacitando-os a enfrentar os problemas e os possíveis conflitos, pode ser favorecida por meio de diversas atividades. Algumas delas são: reuniões entre as coordenações para discutir as atividades que já aconteceram ou irão acontecer, a criação de murais para a comunicação intra-institucional, ou, ainda, a elaboração de um convite para uma oficina com pais.

Fóruns de debates

O fórum de debates é uma atividade que pode ser promovida quantas vezes se julgar necessário durante a implantação do pólo de prevenção. O fórum tem como objetivo informar, articular e integrar a rede de serviços e a comunidade. Por isso, o tema a ser debatido deve ser escolhido de acordo com a fase do projeto e a demanda das pessoas envolvidas, para não gerar desinteresse do grupo.

Em um fórum realizado no bairro do Rio Pequeno, por exemplo, foram convidados profissionais de diferentes áreas e instituições como a Vara da Infância e Juventude de Pinheiros, o Conselho Tutelar e alguns especialistas envolvidos em projetos sociais na região para debater com a comunidade. O debate girou em torno do papel das instituições e dos profissionais convidados na proteção das crianças e dos adolescentes em situações de violência doméstica.

TEMAS MAIS TRABALHADOS NAS OFICINAS E FÓRUNS

- ▶ Relacionamento entre pais e filhos.
- ▶ Desenvolvimento físico e psicossocial de crianças e adolescentes.
- ▶ Violência doméstica (física, sexual, psicológica e por negligência).
- ▶ Colocação de limites na educação dos filhos.
- ▶ Violência física.
- ▶ Desenvolvimento sexual.
- ▶ Violência sexual.
- ▶ O Estatuto da Criança e do Adolescente na proteção integral de crianças e adolescentes.
- ▶ Criação e desenvolvimento de projetos de prevenção da violência doméstica pela comunidade.



FORMAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO

A doutrina de proteção integral da criança e do adolescente prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) exige, para ser implantada, objetivo comum e trabalho em parceria, ou seja, ela depende da participação da família, da sociedade civil (por meio de todos os segmentos sociais), do Estado, do setor privado. Essa parceria só se justifica quando os fatores de risco escapam à capacidade de controle de uma determinada família. Nessas situações, pode ser muito útil para essa família o conhecimento da rede de apoio social de sua comunidade, bem como aprender a buscar ajuda. Para todos esses atores, reconhece-se hoje como prioridade social a busca da coesão social como uma ação coordenada, sob responsabilidade do Estado e da sociedade, e a necessidade de aproximar lei e realidade, de defender as conquistas legais já promulgadas.

Dentro desse contexto social, o Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV) vem defendendo, como um de seus objetivos prioritários, a doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente e a formação de uma rede de proteção aos que estejam em situação de violência doméstica.

Em cada pólo de prevenção instalado, o CNRVV procurou contribuir para a formação dessas redes de proteção locais nas doze comunidades do município de São Paulo onde já atuou.

“Com a rede esperamos obter sucesso nos nossos projetos. Ela é um conjunto de entidades e secretarias que nos fornece importantes informações e uma melhor articulação para encaminhamentos e ações.”

Nadir, Sandra e Walter do Centro de Apoio Comunitário de Perus

Essas redes de proteção a crianças e adolescentes em situação de violência doméstica vêm sendo articuladas na comunidade, bem como na sede do CNRVV, em fóruns de debates bimestrais de enfrentamento à violência doméstica, para os quais o CNRVV aciona toda a sua rede de parceiros. A rede visa sensibilizar os atores envolvidos — pais ou responsáveis, profissionais e mesmo as crianças e os adolescentes — a se beneficiarem de informações e poderem atuar ou ajudar os envolvidos a tomar decisões nas diferentes etapas da prevenção: identificação e reconhecimento dos sinais de risco, notificação, acompanhamento transdisciplinar da criança, do adolescente e da família, incluindo, se possível, o agressor e fornecendo apoio legal.

Entenda o que é a rede de serviços

A rede de serviços é entendida como a atuação articulada entre diversas instituições, organizações e grupos que já realizam ou possam realizar ações voltadas para a erradicação de um problema. No caso do enfrentamento à violência doméstica, visa ao combate à violência, à melhoria na qualidade do atendimento e ao desenvolvimento de estratégias de prevenção. Com base em um trabalho coletivo que deve otimizar as competências dos participantes, estabelecer fluxos e dinamizar ações que vão possibilitar a orientação sobre o tema e o encaminhamento das vítimas aos serviços, a rede deve ser democrática e informativa, caso contrário ela se desfaz.

Ações da rede de prevenção

- ▶ Recepção e encaminhamento dos casos.
- ▶ Discussão do caso por todos os profissionais envolvidos no atendimento.
- ▶ Registros “abertos” para proporcionar o fácil acesso dos profissionais envolvidos no atendimento aos prontuários e processos judiciais.
- ▶ Fóruns de debates tematizados.
- ▶ Participação em espaços de discussão política.
- ▶ Troca de saberes e experiências.
- ▶ Espaço na mídia.
- ▶ Campanhas sobre as questões referentes à violência doméstica.

Combate à cultura do silêncio

No Brasil, o sistema de notificação de denúncias ainda se encontra muito fragmentado, devido à ausência de um processo de informatização adequado para sistematizar os dados, o que impossibilita o rigor necessário à visibilidade do fenômeno. Além disso, ainda está em construção uma cultura de participação da sociedade no enfrentamento à violência, que ocorre no espaço privado.

Dessa forma, o segredo, a culpa e a omissão ainda são comportamentos usuais no âmbito da família, do vizinho e da população local, traduzindo, na prática, a dificuldade dos mesmos em denunciar.

Trabalho integrado

Na busca de aperfeiçoamento da prática de atendimento transdisciplinar, o trabalho em rede constitui o mecanismo mais eficaz para a interrupção da violência doméstica contra crianças e adolescentes.

O programa Bem Me Quer, no qual profissionais do CNRVV atuaram no tratamento emergencial às vítimas de violência sexual, é um exemplo de parceria intersecretarial, da qual participaram as secretarias estaduais de Segurança, de Saúde, de Assistência e Desenvolvimento Social e a Procuradoria Geral do Estado.

No período em que o CNRVV participou do programa, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, que o coordenava, fornecia os motoristas e as viaturas que transportavam as vítimas das delegacias ao Hospital Pérola Byington; a denúncia era feita por meio de boletim de ocorrência e o exame de corpo de delito realizado no Instituto Médico Legal (IML) do mesmo hospital.

A Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social participava com assistentes sociais e psicólogos conveniados do CNRVV, profissionais estes que faziam o acolhimento das vítimas desde a delegacia, durante o percurso na viatura e no hospital, acompanhando-as e dando-lhes suporte.

A Secretaria de Saúde do Estado oferecia o pronto-atendimento de violência sexual, no qual a vítima era atendida por médicos clínicos e ginecologistas, recebendo medicação preventiva de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez, além de atendimento psicológico e social, seguido de acompanhamento ambulatorial.

A partir daí, um dos encaminhamentos podia ser para atendimento psicológico em centros de referência às vítimas de violência, como o CNRVV.

A Procuradoria Geral do Estado é responsável pelo acolhimento e encaminhamento das vítimas maiores de 18 anos dentro do sistema judiciário (Varas Cíveis, Ministério Público, Procuradoria de Assistência Jurídica).

Este programa continua sendo desenvolvido até hoje.

Políticas públicas

Pela experiência em todos esses anos visando à interrupção do ciclo da violência, por meio de programas de prevenção, os profissionais do CNRVV observaram que, a partir da existência de políticas públicas voltadas para essa demanda, a sociedade começa a participar, a se envolver mais com a temática, a ter coragem de buscar proteção, de pedir ajuda quando se depara com uma situação de violência emergencial em que alguma criança/adolescente está em risco.

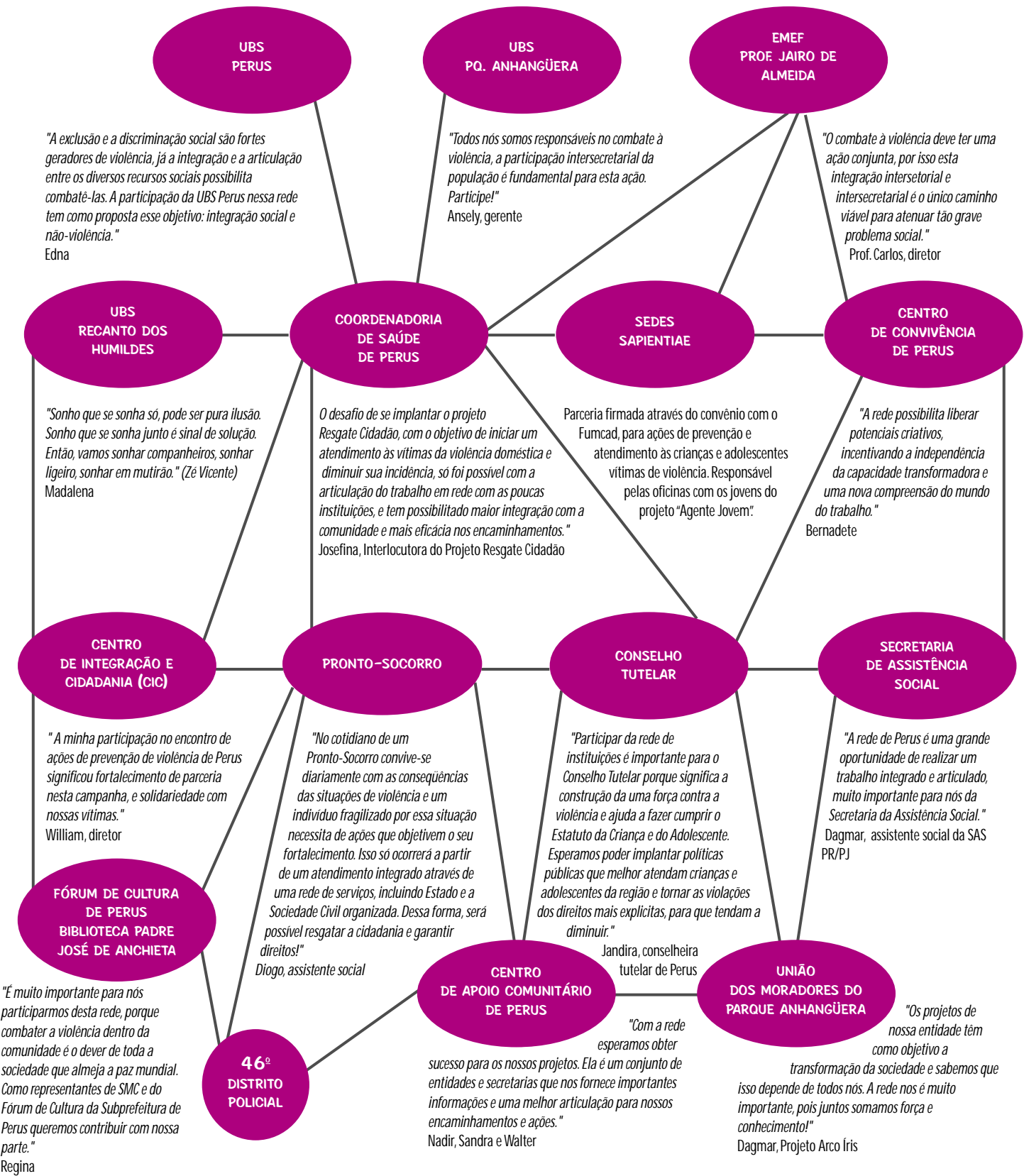
Quando a população tem acesso à divulgação dos serviços pela mídia, pelos serviços de saúde, justiça, segurança, educação, cultura e lazer, cada família em risco sabe a quem pode recorrer. Nesse sentido é que o CNRVV propõe, nas ações de prevenção com os pais, uma rede ampla de recursos para que as famílias possam beneficiar-se dessa ajuda em diferentes lugares. Todos devem participar, nenhum serviço público que atenda a criança ou o adolescente pode ser omissos, ou seja, todos devem integrar essa rede pública, aqui denominada intersecretarial, pois ela estará vinculada aos diferentes recursos.



Rede de instituições pela prevenção da violência

A experiência de Perus (São Paulo)

Localizado na região noroeste da cidade de São Paulo, o bairro de Perus registra alta porcentagem de jovens entre a população local, enorme demanda por serviços sociais e carência de recursos. Neste contexto, para implantar ações de saúde que fizessem frente à violência, o Projeto Resgate Cidadão articulou instituições locais, mobilizando conhecimentos e recursos de toda a ordem. A rede é representada na figura abaixo, com depoimentos de seus participantes, colhidos pelo CNRVV.



PROPOSTA DE UMA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO*

Saúde	Esporte, lazer, cultura	Educação	Assistência social	Proteção especial	Segurança
Centro de Saúde	Biblioteca	Creche , pré-escola	Serviço de orientação e apoio à família	Abrigo	Delegacia Policial Civil
Hospital	Clube e centros esportivos	Escola de ensino fundamental e ensino médio	Serviço de orientação e acompanhamento e apoio à criança e ao adolescente	SIPIA**, ONGs	Delegacia da Mulher (DDM)
Pronto-Socorro	Escola de arte e música	Serviço de alfabetização de jovens e adultos	Centro de convivência, Casa da juventude, Centro comunitário, Espaço Gente Jovem e similares	Serviço de identificação e localização de pais e responsáveis	Delegacia da Infância e Juventude (DIJ)
Serviço de Puericultura	Museus	Serviço de educação e formação profissional	Serviço de assistência e promoção comunitária	Serviço de proteção jurídico-social de defesa e de direitos	Delegacia do Idoso
Serviço de atenção em Saúde Mental	Parque infantil	Clube de ciência	Serviço de melhoria de habitação de interesse social	Centro de atendimento em regime de semiliberdade	Polícia Militar
Serviço de educação e orientação sanitária	Grupo de escoteiros, bandeirantes, ecologistas e similares	Serviço de atendimento psicopedagógico especializado	Programa geração de renda	Internato	Corpo de Bombeiros
Serviço de orientação à gestante e à nutrição	Oficinas culturais recreativas	Serviço de educação complementar	Serviço de orientação e auxílio aos desempregados e subempregados	Programa de prestação de serviço à comunidade	Instituto Médico Legal (IML)
Serviço de orientação sexual e planejamento familiar		Serviço de apoio ao estudante: bolsa-aprendizagem, transporte escolar, merenda escolar etc.	Plantões sociais: distribuição de benefícios e subsídios		
Serviço de orientação sobre doenças infectocontagiosas (ex. Aids)			Serviço de emergência: albergue, apoio habitacional, cesta básica		
Serviço de atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, abuso sexual, maus-tratos					
Serviço de orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos					
Serviço de reabilitação sensório-neuro-psicomotora especializado: fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, atendimento a portadores de deficiência visual, auditiva etc.					

* Modelo de pólo implantado em várias secretarias de governo e município.

** Serviço de Informação e Processamento da Infância e Adolescência.

1. What is a verb?
 2. What is a noun?
 3. What is an adjective?
 4. What is a pronoun?
 5. What is a preposition?
 6. What is a conjunction?
 7. What is an interjection?
 8. What is a participle?
 9. What is a gerund?
 10. What is an infinitive?



Guarã
recolha
um futuro
melhor

VIOLENCIA

VIOLENCIA

**É PROIBIDO QUALQUER ATO DE VIOLENCIA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES**



DIGA NÃÕÃS DRÓGAS

Que todas as crianças
não vão para o
caminho errado
das drogas e da
maldade.

Free
and
now
also
also
also

RESULTADOS

Os profissionais do Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV) observaram que, durante e após a intervenção preventiva nos pólos, a população atingida passou a detectar com maior clareza os sinais de alerta indicadores de que uma criança ou adolescente possa estar sendo vítima de violência doméstica, assumindo uma postura mais ativa e comprometida na realização dos encaminhamentos desses casos, acionando a rede de parceiros com maior rapidez e objetividade.

A maior contribuição dos pólos de prevenção foi “tirar a sujeira de debaixo do tapete”. Detectar, notificar, conversar a respeito, encaminhar para tratamento situações de violência doméstica deixou de ser tabu para muitas pessoas, e isso é um ganho enorme. Percebeu-se que intervir a partir do que é deflagrado e trabalhar para mudanças de referenciais históricos e culturais que erradiquem essa questão em nosso país é uma tarefa que necessita de contínuo investimento da parte de um número cada vez maior de profissionais e instituições.

Muitos profissionais passaram a entender por que crianças e adolescentes tinham um comportamento mais agressivo, quando podiam ser mais receptivos. Eles venceram suas defesas, remeteram-se ao seu passado de crianças que passaram por situações de violência, entenderam essa perspectiva de estar indefesos perante o poder de prejulgar do adulto e colocaram-se com a convicção de procurar evitar agir de forma violenta nas situações de impasse.

Os profissionais do CNRVV perceberam, em algumas das pessoas atendidas pelo Centro, uma enorme capacidade de superação de sofrimentos. O fenômeno, que já foi descrito por alguns estudiosos, tem sido chamado de resiliência. Considerando que se refere a capacidades inatas, mas também a capacidades que podem ser favorecidas, sua conceituação é explicitada logo abaixo.

“Resiliência é a capacidade humana de se recuperar e se superar, ou ser imune psicologicamente quando se é submetido à violência de outros seres humanos ou a estresses das catástrofes da natureza. A maioria dos indivíduos se torna vítima, adquirindo transtornos do desenvolvimento ou transtornos psicológicos na infância, transtornos de conduta na adolescência e juventude e transtornos psiquiátricos na vida adulta. Alguns indivíduos são resilientes. Ser resiliente é consequência dos fatores de risco, de sua intensidade e de sua duração, e dos fatores de proteção que o indivíduo encontra dentro de si, na família e no ambiente. A criança é mais resiliente que o adulto. A resiliência pode ser parcialmente inata, constituindo um processo de desenvolvimento com fatores de resiliência. Conhecendo os fatores de proteção podemos também desenvolver fatores de resiliência nas crianças”¹⁶.

¹⁶ Grunspun, H. *A criança resiliente na adversidade* (no prelo). In mimeo. São Paulo, 2002.

Conforme afirma Walkyria Tereza Grasseschi, psicóloga judiciária chefe da Vara da Infância e Juventude do Foro Regional XI, em São Paulo, “o trabalho de prevenção realizado pela equipe do CNRVV em nossa região – Favela do Sapé, Paraisópolis, Jaguaré – foi de grande valia não só porque instrumentalizou os funcionários dos equipamentos freqüentados pelas crianças e adolescentes, mas também porque colaborou para um diagnóstico precoce dos casos de negligência, maus-tratos e abuso sexual, favorecendo dessa forma que houvesse uma intervenção técnica com maiores chances de êxito. Com relação às notificações que nos são encaminhadas, elas hoje são em maior número e bem fundamentadas”.

Com o decorrer do trabalho, as crianças e os adolescentes também reformularam, com uma freqüência que merece ênfase, as condutas desrespeitosas, desafiadoras ou displicentes.

Outro investimento que consideramos disparador da eficiência no trabalho é a vinculação com líderes comunitários. Coordenadores de instituições, presidentes de associações de amigos de bairro e líderes religiosos geralmente são pessoas com grande acesso e ascendência sobre os moradores da comunidade. São também grandes conhecedores das características e meandros da região em termos de insalubridade e periculosidade. Esses cidadãos, sensibilizados e mobilizados, têm trabalhado como valiosos parceiros. O fato de nossa presença na comunidade estar identificada com esses representantes certamente nos garantiu um trânsito mais tranquilo e seguro em ambientes muitas vezes hostis.

Indicadores de eficácia

O aumento significativo no número de notificações, devido à intervenção preventiva nos pólos, mostra que os moradores daquelas regiões despertaram para o problema da violência doméstica. Esse movimento preventivo também foi responsável por progressos na detecção e no encaminhamento das situações de violência, bem como no acolhimento e efetivação das orientações sobre procedimentos e condutas no trato.

Continuidade

Sobre a possibilidade da continuidade de intervenções de caráter preventivo na área da violência doméstica, ficou evidente que, a partir da participação de agentes multiplicadores nas oficinas por meio de ações próprias, criadas e gerenciadas com os recursos da região, podem-se colher alguns frutos. Os mais comuns são os que se transformaram em movimentos reivindicatórios junto ao poder público no sentido de buscar melhores condições de vida:

- ▶ Reunião com diretor de posto de saúde para agilizar agenda de atendimento médico infantil.
- ▶ Apoio do juiz de Infância e Juventude para a criação e regulamentação de espaços de lazer para crianças e adolescentes.
- ▶ Mobilização em direção à secretaria de habilitação para urbanização de favelas.

No Centro Comunitário e Creche Sinhazinha Meirelles, no bairro do Rio Pequeno, em São Paulo, vários desdobramentos ocorreram depois que o pólo de prevenção foi implantado pela equipe do CNRVV. A direção desses equipamentos percebeu, por exemplo, que os seus funcionários desconheciam o Estatuto da Criança e do Adolescente e propôs discussões sobre o tema com a assessoria de um advogado. Outros exemplos de continuidade no Sinhazinha Meirelles são a criação de um livro de registro de ocorrências, o início de contatos com postos de saúde e uma parceria com o Núcleo de Atendimento Psicológico da USP. Também foi criado um prontuário para cada criança contendo sua foto, identificação, ficha com histórico e acompanhamento com observações da coordenadora pedagógica. A maior interlocução com o Conselho Tutelar tem facilitado o encaminhamento conjunto de questões, inclusive das que demandam um processo contra o poder público, o que vai favorecendo a consciência da população sobre a importância de se mobilizar e chamar a atenção dos órgãos públicos para a necessidade da criação de políticas públicas que atendam às demandas da população dessa comunidade.

Inclusão do tema

O grande desafio ora apontado é que as ações governamentais, instrumentalizadas por diretrizes ministeriais e secretariais, tanto em âmbito estadual como municipal, atentem para a inclusão do tema violência contra crianças e adolescentes nas pautas de discussão curriculares e próprias de cada instituição que tem sob sua responsabilidade a intervenção junto à infância e à juventude.

A equipe do CNRVV acredita que esse é um fenômeno que cabe a todos combater. À medida que puder ser assumido como próprio e não “intruso”, fará parte dos mecanismos sociais que lutam para sua extinção. Ao contrário, se for encarado como impertinente ao âmbito de atuação que compartilha, estará sendo promovido seu avanço. É preciso refletir a esse respeito, para não fazer parte, pela omissão, do conjunto que edifica e perpetua o ciclo de violência contra crianças e adolescentes.

As ações de superação da violência e de suas seqüelas dependem, em grande parte, para sua adequação e seu sucesso, do conhecimento dos atores envolvidos, ou seja, da cultura da população, da capacitação de profissionais de diferentes áreas de atuação, de ações integradas de várias instituições e secretarias, da participação da comunidade no momento histórico da luta pela não-produção e/ou reprodução da violência, além da formação de rede de apoio.

Os pais que participaram das oficinas perceberam que o trabalho em conjunto dava resultados e organizaram mutirões para construir casas. Passaram também a exigir a manutenção de seus filhos nas creches, mobilização decorrente do processo de conscientização de direitos.

Emília Blanco, diretora da Creche Sinhazinha Meirelles

Dificuldades enfrentadas

Os maiores entraves encontrados pelo CNRVV na implantação dos pólos foram:

- ▶ Cada secretaria municipal tem cronograma e forma de atuação diferentes, o que dificulta um trabalho em conjunto.
- ▶ Apesar de o projeto de prevenção à violência ser muito importante para todos, não há um discurso único, uma mesma estratégia e um mesmo objetivo final. Cada instituição e cada ator social vê a problemática de um modo diferente, com formas de atuação distintas, o que, se por um lado enriquece o grupo, por outro dificulta muito uma atuação conjunta. Isso indica a necessidade de um trabalho de sensibilização e capacitação com os diferentes profissionais antes de qualquer outra ação.
- ▶ A burocracia da administração pública, com a demora e a dificuldade em viabilizar a contratação de profissionais e a implantação de equipamentos e projetos, é um grande entrave.

É preciso enfatizar que o maior desafio no trabalho de prevenção do CNRVV e de qualquer outra iniciativa que se proponha a essa empreitada envolve a articulação dos recursos governamentais e não-governamentais de uma comunidade a fim de possibilitar a efetiva formação da rede local de proteção integral à criança e ao adolescente, tendo a expectativa de que ela possa estar integrada como no modelo sugerido no quadro Proposta de uma Rede de Serviços e de Atenção. Uma tarefa de operação e articulação complexas, como vimos, mas de eficiência comprovada por agir no sentido de prevenir, como recomenda a Organização Mundial da Saúde, envolvendo crianças e adolescentes, pais e educadores. É dessa visão, amparada pelo poder público, que surgirá uma barreira protetora para nossas crianças.

Podemos destacar como a principal dificuldade, neste processo, o estabelecimento de parcerias com instituições e profissionais da área. Entendemos que as parcerias entre os vários serviços de uma comunidade são fundamentais para o encaminhamento das diferentes situações de violência ou de risco.

Deuzuita Duarte, orientadora pedagógica da creche Sinhazinha Meirelles

QUESTIONÁRIO

Este é um modelo de questionário a ser apresentado aos adultos para motivar discussões sobre suas crenças, conceitos e preconceitos.

Leia as frases abaixo e marque se você considera a frase certa, errada ou que não sabe responder:

1. O adulto está sempre certo.

() Certa () Errada () Não sei responder

2. Criança só aprende quando apanha.

() Certa () Errada () Não sei responder

3. Ter medo do pai ou da mãe é ter respeito por eles.

() Certa () Errada () Não sei responder

4. Tapas e palmadas prejudicam o relacionamento entre pais e filhos.

() Certa () Errada () Não sei responder

5. Ninguém tem nada a ver com o que acontece na casa dos outros.

() Certa () Errada () Não sei responder

6. Quando os adultos brigam entre si, as crianças sofrem.

() Certa () Errada () Não sei responder

7. Em briga de marido e mulher não se mete a colher.

() Certa () Errada () Não sei responder

8. Quem sabe de algo errado deve denunciar.

() Certa () Errada () Não sei responder

9. Criança esquece fácil.

() Certa () Errada () Não sei responder

10. O homem é quem manda na casa.

() Certa () Errada () Não sei responder

11. Criança que se masturba é sem-vergonha.

() Certa () Errada () Não sei responder

12. Os adultos têm mais o que fazer do que ouvir as histórias das crianças.

() Certa () Errada () Não sei responder

13. Criança não tem opinião.

() Certa () Errada () Não sei responder

14. O homem tem razão quando mexe com menina de saia curta.

() Certa () Errada () Não sei responder

15. O adulto, quando erra, deve pedir desculpa à criança.

() Certa () Errada () Não sei responder

16. É bom para a criança ouvir que ela é uma pessoa querida.

() Certa () Errada () Não sei responder

17. O adulto falar para a criança: "Você não tem jeito! É um caso perdido!"

() Certa () Errada () Não sei responder

18. Educar uma criança dizendo: "Quando seu pai chegar, você vai se arrepender do que fez!"

() Certa () Errada () Não sei responder

19. As pessoas que abusam sexualmente de crianças e adolescentes são estranhas e de aspecto suspeito.

() Certa () Errada () Não sei responder

20. Se uma criança ou adolescente sofreu abuso sexual é porque provocou e deixou acontecer (é culpa dela).

() Certa () Errada () Não sei responder

21. Ninguém pode bater em meu filho, só eu!

() Certa () Errada () Não sei responder

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, Lúcia (org.). *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. Belo Horizonte, Edições do Campo Social, 2000.
- Azevedo, M. A. *Violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo, Robe Editorial, 1995.
- Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. A. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo, Iglu, 1989.
- (orgs.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo, Cortez, 1993.
- *Apostilas do Telecurso de Especialização: Infância e violência doméstica*. São Paulo, Lacer/ USP, 1994.
- *Infância e violência doméstica: perguntelho*. São Paulo, IPUSP/ Lacer, 1994.
- Deslandes, S. F. *Prevenir a violência: um desafio para profissionais de saúde*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/ ENSP/ CLAVES/ Jorge Carelli, 1994.
- Duarte, J. C. & Arboleda, M. R. C. *Malos tratos y abuso sexual infantil*. Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, S.A., 1997.
- Ferrari, D. C. A. & Vecina, T. C. C. (orgs.). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo, Ágora, 2002.
- Fritzen, S. J. *Dinâmicas de recreação*. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.
- Fundação Abrinq (org.). *10 medidas básicas para a infância brasileira*. São Paulo, CBMM/ Fundação Abrinq/ Unicef, 1994.
- Furniss, T. *O abuso sexual da criança. Uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.
- Gabel, M. (org.). *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo, Summus, 1997.
- Leal, M. F. T. & César, M. A. (orgs.). *Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*. Brasília, CECRIA/ Ministério da Justiça/ CESE, 1998.
- Gomes, R. et al. *Prevenção à violência contra a criança e o adolescente sob a ótica da saúde: um estudo bibliográfico*. *Ciência e Saúde Coletiva: "É possível prevenir a violência?"*, vol. 4, nº1. Rio de Janeiro, 1999.
- Ministério da Saúde. *Violência contra a criança e o adolescente. Proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica*. Brasília, Ministério da Saúde, 1993.
- Moreno, J.L. *Psicodrama*. São Paulo, Cultrix, 1993.
- NRVV. *Revista do Núcleo de Referência às Vítimas da Violência*, São Paulo, Instituto Sedes Sapientiae, 1997.
- Oaklander, V. *Descobrimos crianças: uma abordagem gestáltica com crianças e adolescentes*. São Paulo, Summus, 1980.
- Reverbel, O. G. *Jogos teatrais na escola*. São Paulo, Scipione, 1993, 2ª ed.
- Sánchez, S. L. *Prevención de los abusos sexuales de menores y educación sexual*. Amarú Ediciones, Salamanca, 1995.
- Silva Filho, L. de M. A. *Psicoterapia de grupo com psicóticos. O psicodrama no hospital psiquiátrico*. São Paulo, Lemos Editorial, 2000.
- Souza e Silva, M. A. & Vecina, T. C. C. *Mapeando a violência doméstica*. NRVV, 1998.
- Stevenson, O. *La atención al niño maltratado – Política pública y práctica profesional*. Paidós Ibérica S. A.
- Yozo, R. Y. K. *100 jogos para grupos: uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas*. São Paulo, Ágora, 1996.